

## ÍNDICE

II.5.3.3 -	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico .....	1/72
II.5.3.3.1 -	Introdução .....	1/72
II.5.3.3.2 -	Aspectos Metodológicos .....	1/72
II.5.3.3.3 -	Contexto Etno-Histórico Regional.....	3/72
II.5.3.3.4 -	Contexto Arqueológico Regional .....	30/72
II.5.3.3.5 -	Levantamentos de Campo.....	60/72
II.5.3.3.6 -	Ocorrências Arqueológicas .....	66/72
II.5.3.3.7 -	Resultados e Considerações .....	70/72
II.5.3.3.8 -	Recomendações.....	71/72

### ANEXOS DO ITEM II.5.3 - MEIO SOCIOECONÔMICO

Anexo II.5.3-1 - Ofício TGP 02/2008

Anexo II.5.3-2 - Descrição do Traçado AID

Anexo II.5.3-3 - Sítios pesquisados por Meggers & Evans (na década de 1950) e por Mário Simões (na década de 1960) na Ilha de Marajó, que foram cadastrados no CNSA/IPHAN, como pesquisados no Município de Abaetetuba-PA.

Anexo II.5.3-4 - Ficha de sítios cadastrados por Daivisson Santos durante a etapa de campo para confecção do Diagnóstico Arqueológico do Gasoduto do Pará.



## Legendas

Figura II.5.3.3-1 - Representação do trabalho indígena no início da construção do Forte de Belém (Theodoro Braga). Modificado de Coimbra (2002) .....	16/72
Figura II.5.3.3-2 - Visão Parcial do Forte do Presépio com canhões de caça e guerra de diferentes períodos	16/72
Figura II.5.3.3-3 - Localização de Sítios Arqueológicos e Ocorrências registrados nas áreas de Barcarena e Abaeteuba, Pará (Modificado de SILVEIRA & MARQUES, 2004) .....	40/72
Figura II.5.3.3-4 - Amostras	43/72
Figura II.5.3.3-5 - Cerâmica e lítico da Fase Tucuruí .....	46/72
Figura II.5.3.3-6 - Cerâmica e lítico da Fase Tauá .....	47/72
Figura II.5.3.3-7 - Cerâmica e lítico da Fase Tauari.....	48/72
Figura II.5.3.3-8 - Artefatos líticos de gume retocado resgatados em sítios do Pará .....	53/72
Figura II.5.3.3-9 - Artefatos líticos de gume retocado resgatados em sítios do Maranhão.....	54/72
Figura II.5.3.3-10 - Instrumentos líticos resgatados pelo NUTA na região norte do Tocantins- Lâmina de machado semilunar, lesmas e pontas de projéteis.....	57/72
Figura II.5.3.3-11 - Tigela policroma Tupi, regatada no sítio Xupé, município de Darcinópolis - TO, pelo NUTA.....	58/72
Figura II.5.3.3-12 - Tigela policroma Tupi, regatada no sítio Xupé, município de Darcinópolis - TO, pelo NUTA.....	58/72
Figura II.5.3.3-13 - Visão parcial do Sítio Ilha da Montanha com curral e cabana de pescadores .....	60/72
Figura II.5.3.3-14 - Visão parcial do Sítio Ilha da Montanha com rio Araguaia ao fundo .....	60/72
Figura II.5.3.3-15 - Visão parcial da erosão fluvial sobre o sítio Ilha da Montanha.....	61/72
Figura II.5.3.3-16 - Fragmentos cerâmicos encontrados no sítio Ilha da Montanha .....	61/72
Figura II.5.3.3-17 - Detalhe da borda cerâmica decorada encontrada no sítio ilha da Montanha.....	61/72

Figura II.5.3.3-18 - Lâmina de Machado fragmentada encontrada no sítio Ilha da Montanha .....	61/72
Figura II.5.3.3-19 - Detalhe do local de encabamento da lâmina .....	61/72
Figura II.5.3.3-20 - Visão parcial do Sítio São Francisco .....	62/72
Figura II.5.3.3-21 - Visão parcial do Sítio São Francisco, com mata de babaçual queimada.....	62/72
Figura II.5.3.3-22 - Fragmento cerâmico encontrado no sítio São Francisco .....	63/72
Figura II.5.3.3-23 - Detalhe da queima do fragmento cerâmico encontrado no sítio São Francisco.....	63/72
Figura II.5.3.3-24 - Material lítico e cerâmico encontrado nos limites do sítio São Francisco.....	63/72
Figura II.5.3.3-25 - Fragmento cerâmico encontrado no sítio São Francisco .....	64/72
Figura II.5.3.3-26 - Visão parcial da mata de babaçual derrubada para a abertura de pasto .....	64/72
Figura II.5.3.3-27 - Fragmento cerâmico encontrado no sítio Pontão .....	64/72
Figura II.5.3.3-28 - Fragmentos de cerâmica grossa encontrados no sítio Pontão.....	65/72
Figura II.5.3.3-29 - Raspador encontrado no sítio Pontão .....	65/72
Figura II.5.3.3-30 - Caieira escavada para a queima de coco babaçu .....	65/72
Figura II.5.3.3-31 - Visão parcial do sítio Pontão com mata de babaçual preservada .....	66/72
Figura II.5.3.3-32 - Plantação de capim nos limites o sítio Pontão .....	66/72
Figura II.5.3.3-33 - Raspador encontrado na cascalheira do povoado Pedra Grande .....	66/72
Figura II.5.3.3-34 - Visão Parcial da cascalheira proveniente da extração de areia .....	66/72
Figura II.5.3.3-35 - Pontos de extração de areia no leito do rio Araguaia nas coordenadas 9401444N/767388E.....	67/72
Figura II.5.3.3-36 - Fragmento cerâmico encontrado na cascalheira do povoado Pedra Grande .....	68/72
Figura II.5.3.3-37 - Lâmina de machado fragmentada encontrada nas coordenadas 9401698N/767249E.....	68/72

Figura II.5.3.3-38 - Detalhe do gume da lâmina de machado fragmentada encontrada nas coordenadas 9401698N/767249E .....	68/72
Figura II.5.3.3-39 - Peixe fossilizado encontrado próximo à sede de Esperantina pelo Sr. Juvenal das Neves Oliveira .....	69/72
Figura II.5.3.3-40 - Lâmina de machado encontrada próximo à sede de Esperantina pelo Sr. Juvenal das Neves Oliveira .....	69/72
Figura II.5.3.3-41 - Lâmina de machado semilunar encontrada pelo Sr. Juvenal das Neves Oliveira .....	69/72
Figura II.5.3.3-42 - Lâmina de machado encontrada próximo à sede de Esperantina pelo Sr. Juvenal das Neves Oliveira .....	69/72
Figura II.5.3.3-43 - Lâmina de machado semilunar encontrada pelo Sr. Juvenal das Neves Oliveira .....	69/72



### II.5.3.3 - Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

#### II.5.3.3.1 - Introdução

O presente Diagnóstico compreende a descrição das atividades de levantamento e avaliação do Patrimônio Histórico-Cultural e Arqueológico das Áreas de Influência Direta e Indireta do Gasoduto do Pará, nos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins, em conformidade com as diretrizes propostas pelo Termo de Referência emitido em setembro de 2008, por meio do Processo IBAMA/DILIC nº 02001.000171/2008-10, para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto no Meio Ambiente - EIA e RIMA deste empreendimento.

Devido à dimensão territorial do empreendimento, apresentamos de forma sintética e generalizada os processos pré-históricos e históricos relevantes, relativos à ocupação territorial das áreas de influência do projeto.

Será apresentada também uma síntese dos dados primários e secundários levantados para avaliação do patrimônio arqueológico das áreas supracitadas e com base nos resultados obtidos, serão apontadas as principais potencialidades e fragilidades arqueológicas existentes.

Assim, pretendemos criar um quadro arqueológico preliminar que contribua para inserção dos bens arqueológicos existentes nas estratégias de planejamento ambiental do empreendimento.

#### II.5.3.3.2 - Aspectos Metodológicos

O presente diagnóstico foi realizado com base nas informações oriundas de dados secundários baseados nas seguintes informações: Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB); Núcleo de Arqueologia Tocantinense da Universidade Federal do Tocantins (NUTA/UNITINS); consultas aos Acervos Técnicos e visitas às exposições do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão (CPHNAM), do Museu Paraense Emílio Goeldi - PA e da Fundação Casa de Cultura de Marabá - PA; pesquisas de artigos e teses arqueológicas regionais; além de pesquisas em *sites* especializados na *internet* sobre arqueologia, etnografia, etno-história e história regional.

Nos trabalhos de campo, em atendimento ao Art.1º da Portaria IPHAN 230/2002, foram realizadas vistorias técnicas não interventivas nas áreas de implantação do Gasoduto, nos quais foram

coletadas informações relacionadas ao processo histórico de ocupação regional e sobre os resultados das pesquisas arqueológicas regionais, tendo sido realizadas entrevistas nas Superintendências Regionais do IPHAN no Pará e Maranhão, entre os meses de abril e maio de 2008, e setembro e outubro de 2009.

Devido às dimensões e riqueza regional da área em estudo, o presente Diagnóstico pode apresentar lacunas em relação à ocupação do território destes estados. Serão apresentados, de forma sintética, os resultados das pesquisas arqueológicas desenvolvidas nas regiões que fazem parte das áreas de influência empreendimento.

Baseados em dados primários e secundários, buscamos descrever de forma sintética, elementos e fatos históricos e etno-históricos e o resultado de pesquisas arqueológicas relevantes, ocorridos na área prevista para a implantação do Gasoduto do Pará e do seu entorno, visando uma delimitação de zonas arqueológicas próximas ao empreendimento e a construção de um quadro arqueológico regional preliminar. Acreditamos que este quadro arqueológico preliminar contribua para inserção e identificação dos bens arqueológicos existentes, assim como a probabilidade de sua ocorrência.

Em alguns momentos, serão mencionados os resultados obtidos em pesquisas realizadas em regiões limítrofes às supracitadas por entendermos que os territórios e fronteiras dos grupos pretéritos locais não obedecem à regionalização realizada para delimitação de fronteiras estaduais no atual território brasileiro.

Os dados etno-históricos e históricos sobre a ocupação humana da área em estudo à época do contato, e durante a formação dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, podem apontar a densidade populacional, a diversidade étnica, a dispersão geográfica e as formas de ocupação espacial específicas, assim como a longevidade da ocupação da área tanto por grupos indígenas na região, quanto por comunidades quilombolas e comunidades caboclas da Amazônia.

Com base nos resultados obtidos, foram apontadas as principais potencialidades e fragilidades arqueológicas existentes, assim como também as estratégias de planejamento ambiental do empreendimento relacionadas ao resguardo do patrimônio histórico-cultural e arqueológico locais.

A lista dos sítios arqueológicos já pesquisados existentes nos municípios que compõem a área em estudo, nos estados do Maranhão, Pará e Tocantins, encontra-se no **Anexo II.5.3-3**.

### II.5.3.3.3 - Contexto Etno-Histórico Regional

Os processos históricos de ocupação territorial e formação dos atuais estados do Maranhão, Pará e Tocantins se confundem, são concomitantes e, em alguns momentos, complementares, pois até 1850 não havia ocupação oficial e nem tampouco jurisdição estabelecida nos limites das províncias do Maranhão, do Grão-Pará e de Goiás. A zona em que os limites interprovinciais deveriam ser traçados era inteiramente desconhecida e seus limites não tinham sido oficialmente delimitados até meados a década de 1980.

Devido às dimensões e riqueza regional e os poucos dados historiográficos da área em estudo, abordaremos de forma sintética os processos de ocupação territorial dos atuais estados do Maranhão, Pará e Tocantins e das regiões que fazem parte das áreas de influência do empreendimento, focando no histórico de ocupação dos principais pólos de desenvolvimento da região e nos acontecimentos históricos que possam subsidiar na criação do contexto etno-histórico regional.

Contudo para um bom entendimento desses processos, traçaremos um breve histórico do período de transição entre o feudalismo e o capitalismo, denominado de baixa idade média e um paralelo contextualizado dos três estados, desde o início de seus processos de ocupação até sua conjuntura atual.

#### II.5.3.3.3.1 - Breve Histórico da Baixa Idade Média

A partir do século XII, como consequência das cruzadas, o impacto do comércio realiza transformações agudas no âmago do sistema feudal, restabelecendo as relações internacionais de trocas, redinamizando as relações urbanas, impulsionando a ascensão da burguesia e o surgimento dos Estados Nacionais, cujo período foi marcado pelo desenvolvimento intelectual e grandes evoluções tecnológicas.

No apogeu da expansão marítima ao final do século XV, com o desenvolvimento de técnicas de navegação desenvolvidas primeiramente pelos reinos de Portugal e Espanha, a rivalidade entre as nações europeias ficou mais acirrada devido à necessidade de exploração dos recursos naturais, que incluíam espionagem e ocultação de dados sobre as incursões realizadas em busca de uma nova rota comercial.

O desentendimento entre os reinos de Portugal e Espanha se agravou com o “descobrimento” das Américas em 1492, por Cristóvão Colombo, que chegou às Ilhas Bahamas e às Antilhas

acreditando que tinha chegado num arquipélago da Ásia, adjacente à Chipango (Japão). Colombo percorreu essas ilhas e voltou à Espanha em março de 1493, tendo primeiro estado em Portugal, onde contou a D. João II a sua descoberta. Entretanto, segundo os termos do Tratado de Alcáçovas<sup>1</sup>, assinado em 1479, estas terras pertenceriam ao reino de Portugal<sup>2</sup>.

A viagem de Colombo foi patrocinada pela rainha Isabel de Castela, que até 1492 estava voltada para a consolidação da unidade espanhola. Com a descoberta das Américas o prestígio dos Reis Católicos Fernando de Aragão e Isabel de Castella ficou elevado, com ambos se preocupando em formular meios que evidenciassem, perante todas as nações, que as novas terras descobertas pertenciam à Coroa Espanhola. Em 03 de maio de 1493 o Papa Alexandre VI promulgou a Bula *Inter Caetera I*, que garantia para a Espanha o domínio de novas ilhas e terras descobertas ou por descobrir nas bandas ocidentais, excluindo o direito da Coroa portuguesa às terras descobertas por Colombo, como desejava D. João II baseado no Tratado de Alcáçovas.

O desentendimento entre as duas potências marítimas agravou-se crescentemente, quando chegaram notícias de que Portugal pretendia organizar uma armada para ocupar as ilhas descobertas por Colombo. Com o prestígio que os Reis católicos tinham com o Papa Alexandre VI, conseguiram a edição da Bula *Inter Caetera II*<sup>3</sup> em 04 de maio de 1493, um dia após à datação da Bula *Inter Caetera I*.

Após aproximadamente duas décadas de desentendimentos entre Portugal e Espanha pelo domínio do Oceano Atlântico, os Reis Católicos reabriram as negociações com as autoridades portuguesas após os relatos de Colombo e seus companheiros sobre a segunda viagem às Américas. O relatório convenceu os monarcas de que haviam alcançado o Oriente e, em 1494 o Tratado de Tordesilhas<sup>4</sup> foi ratificado pelos Reis católicos Isabel e Fernando e por D. João II sem a solicitação ao Papa para aprovação, fazendo cessar os desentendimentos e estabelecendo a soberania dos Reinos sobre o Novo Mundo.

---

<sup>1</sup> O Tratado de Alcáçovas foi celebrado entre os Reinos de Portugal e de Aragão e Castella, referia-se aos territórios extrapeninsulares e à consequente definição das respectivas áreas de hegemonia no Atlântico. Portugal reconhecia o domínio do Reino de Aragão e Castella sobre o arquipélago das Canárias e o litoral da costa africana próximo dessas ilhas. Aragão e Castella aceitavam a soberania de Portugal sobre o Reino de Fez (Marrocos) na costa da África e sobretudo nos arquipélagos de Madeira, Açores, Cabo Verde e de São Tomé. Reconheciam também, o domínio de Portugal sobre as ilhas e terras descobertas e a descobrir, ao sul do paralelo 27° N, próximo ao arquipélago das Canárias que tomava o Cabo de Bojador, na Costa da África, como ponto de referência (RIBEIRO, op. cit., p.9 -10).

<sup>2</sup> (RIBEIRO, 2005, p.11)

<sup>3</sup> A Bula *Inter Caetera II* doava perpetuamente à Coroa espanhola todas as ilhas e terra firme, descobertas ou por descobrir, quer se encontrassem ou não nas Bandas da Índia, ... localizadas a ocidente e sul de uma linha imaginária, traçada desde o pólo Ártico ao pólo Antártico, 100 léguas a oeste e sul das ilhas de Açores e Cabo Verde (RIBEIRO, op. cit., p.13).

<sup>4</sup> O Tratado de Tordesilhas determinava como linha demarcatória dos domínios de Portugal e Espanha o meridiano situado 370 léguas à oeste do arquipélago de Cabo Verde. Portanto a oeste desse meridiano, as ilhas e terras firmes descobertas ou a descobrir, pertenciam à Espanha; e as situadas a leste, entre o meridiano respectivo e as ilhas de Cabo Verde, seriam domínio de Portugal (RIBEIRO, op. cit., p.15).

Porém, D. Manuel I, que sucedeu D. João II em 1495, obteve indiretamente a aprovação papal, através da Bula *Ea quae pro bono pacis*, emitida pelo Papa Júlio II, em 24 de janeiro de 1506, dando validade ao Tratado de Tordesilhas.

Todavia, outras nações européias não aceitaram que Portugal e Espanha repartissem entre si tão vastos domínios, uma vez que a autoridade Papal não tinha, para estas nações, tal poder para consagrar o monopólio das duas Coroas, cujos interesses estavam respaldados pela incontestável superioridade naval de que elas dispunham.

Durante o reinado de Luís XII, A França decidiu desafiar os “direitos adquiridos” das Coroas Ibéricas no Novo Mundo e lutar pela “liberdade dos mares”. A região dos atuais Estados do Maranhão e do Pará foi um dos grandes cenários desta disputa entre as principais potências européias interessadas na abertura de novas frentes de comércio para a manutenção de suas autonomias, cuja ocupação inicial foi marcada por incursões de corsários franceses, holandeses e ingleses, nas primeiras décadas após a descoberta da nova colônia dentre os quais, somente os Corsários Franceses, ao longo de duas décadas no litoral brasileiro, pilharam aproximadamente trezentos navios portugueses. Contudo, neste período, houve poucos conflitos oficiais entre Portugal e França.

#### II.5.3.3.3.2 - “Descobrimientos” do Brasil

Existem duas teorias sobre a “descoberta” do Brasil antes da viagem de Cristóvão Colombo: a primeira aponta para o navegador, guerreiro e astrônomo lusitano, Duarte Pacheco, que esteve no Brasil em algum ponto entre o Maranhão e o Pará em 1498; e a segunda aponta que os navegadores castelhanos Vicente Yañes de Pinzón e Diego de Lepe, em momentos distintos, teriam sido os primeiros a fazer incursões no litoral brasileiro meses antes da chegada de Cabral.

O navegador Duarte Pacheco veio ao Brasil a mando de D. Manuel I, que o encarregou de uma expedição secreta, organizada com o objetivo de reconhecer as zonas situadas para além da linha de demarcação de Tordesilhas, expedição que teria culminado com o descobrimento do futuro território do Brasil<sup>5</sup>.

Portugal se absteve de fazer qualquer comunicação oficial aos Reis Católicos, ao Papa e aos demais soberanos europeus, formalizando o “descobrimento” da então chamada “Ilha de Santa

---

<sup>5</sup> Por suas aventuras e proezas, Luís de Camões em sua obra Os Lusíadas, chama-lhe Grão Pacheco Aquiles Lusitano.

Cruz", com a viagem de Pedro Álvares Cabral em 1500, realizada com pompa e magnitude, para tomar posse das terras de um continente, a ocidente do Atlântico austral, dentro dos limites do Tratado de Tordesilhas, que eram de seu domínio exclusivo, posteriormente denominada "Terra de Vera Cruz".

Segundo Bueno (2000), em janeiro de 1500, os homens chefiados pelo capitão Vicente Yañes Pinzón tinham acabado de descobrir o Brasil. Embora polêmica, a afirmação do descobrimento de Pinzón se baseia em fontes primárias e em pesquisas confiáveis, tendo sido sua viagem bem documentada por cronistas do século XVI, os quais se referem a ela em detalhes<sup>6</sup>.

Após as expedições de Pizón e Diego de Lepe os espanhóis realizaram outras incursões em meados do século XVI, para explorar as terras do El Dorado y La Canela:

*[...] Em 1541, Francisco de Orellana, a mando de Gonçalo Pizarro e à frente de 400 espanhóis e de 4.000 índios, partiu de Quito (em fins de fevereiro), para explorar as terras do El dorado y la canela. A 24 de agosto de 1542, chegava Orellana à embocadura do Amazonas, sendo, portanto, o primeiro a navegar, na realidade, toda a extensão daquele curso d'água. Na viagem, relatada, entre outros, por frei Gaspar de Carvajal e pelo jesuíta Alonso de Rojas, é que teria ocorrido o lendário e fantasioso encontro com as amazonas, na foz do Nhamundá, o qual originou o nome do grande rio. Houve outras expedições, ainda comandadas por espanhóis. Dessas, a mais importante foi a de Pedro de Úrsua, enviado, em 1560, pelo vice-rei do Peru, André Furtado de Mendonça, para conceder a uma grande exploração. Vários motivos ocasionaram um motim na guarnição, liderado por Lopo de Aguirre. Pedro de Úrsua foi assassinado. Em dezembro de 1561, o que restara da expedição chegou à foz do Amazonas (ROQUE, 2001, p.11 apud Arruda 2003).*

Baseando-se em relatos e documentos primários, a maioria dos especialistas em história do Brasil não acreditam e nem tampouco sustentam mais a afirmativa de que o navegador português Pedro Álvares Cabral tenha sido o primeiro europeu a chegar ao Brasil. O que se pode afirmar com certeza é que, a partir de 1525, quando os europeus começaram a desembarcar com mais frequência no Brasil, encontraram uma galeria de personagens enigmáticos, homens brancos que:

---

<sup>6</sup> Tanto a viagem de Vicente Yañes de Pinzón quanto à de Diego de Lepe - que se anteciparam a Cabral em alguns meses - também têm sido ignoradas pela historiografia oficial, mas foram elas as primeiras missões exploratórias a aportar nas praias do Brasil. Apenas em 1975 que o capitão-de-mar-e-guerra Max Justo Guedes, diretor do Serviço de Documentação Geral da Marinha Brasileira, estabeleceu, de maneira irrefutável, que Pinzón e seus homens chegaram à ponta de Mucuripe, cerca de dez quilômetros ao sul da atual cidade de Fortaleza, capital do Ceará - a meio caminho entre os cabos Orange e o de Santo Agostinho. Justo Guedes se baseou nos documentos originais e num mapa feito em 1511 pelo cosmógrafo Juan de la Cosa (BUENO, op. cit).

*(...) viviam entre os nativos [...] vários estavam casados com as filhas dos principais chefes indígenas, exerciam papel preponderante na tribo, conheciam suas trilhas, usos e costumes, e intermediavam as negociações entre várias nações indígenas e os representantes de potências européias, sua presença em pontos estratégicos do litoral seria decisiva para os rumos do futuro país (BUENO, 2000).*

A ausência de documentos oficiais tem dificultado as pesquisas sobre essa época. Controvérsias à parte, o “descobrimento” do Brasil continua sendo um capítulo aberto na história da expansão ultramarina portuguesa, o que a torna ainda mais fascinante.

### II.5.3.3.3.3 - Os Primeiros Anos da Nova Colônia

Devido às dimensões da nova colônia as estratégias de proteção e defesa contra invasões eram bastante complicadas, constituindo assim, um enorme atrativo para as demais nações européias em virtude da grande quantidade de pau-brasil existente no litoral brasileiro.

Para evitar as rotas comerciais com o Oriente, que estavam bloqueadas desde a tomada de Constantinopla em 1453, o Rei D. Manoel I fez um contrato com um consórcio de comerciantes liderado por Fernando de Noronha, passando-lhe a responsabilidade de organizar todas as viagens ao longo do litoral das novas terras em troca do monopólio de exploração do pau-brasil.

Durante o período denominado de pré-colonial, corsários franceses<sup>7</sup> e estrangeiros que serviam à bandeira francesa frequentaram as terras do Brasil, fizeram várias alianças e escambo com os nativos em pontos estratégicos do litoral e contrabandearam bastante pau-brasil. Por volta de 1524, marinheiros normandos já haviam reconhecido e ajudado a cartografar toda a costa brasileira do Maranhão ao Rio de Janeiro, embora suas expedições continuassem sendo esparsas<sup>8</sup>.

Embora tenham disputado com os portugueses, durante 20 anos, o domínio da costa brasileira, a história oficial tem dedicado pouca atenção a esses episódios, pois foram poucos os conflitos oficiais entre França e Portugal.

Para Bueno<sup>9</sup>, impossibilitados de fundar feitorias devido às expedições guarda-costas de Cristóvão Jaques, os franceses se limitavam a largar, em pontos estratégicos da costa, alguns

---

<sup>7</sup> Tanto a França quanto a Inglaterra se recusavam a aceitar e não reconheciam o valor jurídico do Tratado de Tordesilhas, ambas defendiam o princípio do direito à posse da terra por quem a ocupasse.

<sup>8</sup> (Bueno. op.cit, p.82).

<sup>9</sup> (op. cit, p.75-84).

“contratantes” e intérpretes. Já de acordo com Prado Júnior (1994), a indústria extrativa do pau-brasil tinha necessariamente de ser nômade; não era capaz, por isso, de dar origem a um povoamento regular e estável.

A presença destes traficantes no litoral brasileiro se tornou tão comum que muitos acidentes naturais foram batizados com nomes franceses e o tráfico entre a Normandia e o Brasil se tornou tão rentável que, por volta de 1550 chegou a ser construída em Rouen uma estalagem chamada *L'Isle du Brésil*.

Os franceses eram diferenciados dos portugueses pelos indígenas, pois evitavam a escravização, guardavam justiça nas transações e os presenteavam com armas de fogo. Esta postura na formação de alianças com os indígenas foi fundamental, pois os nativos em troca de machados, anzóis, tesouras e facas, se antecipavam à chegada dos estrangeiros, abatendo centenas de árvores e as estocando em pontos estratégicos da costa.

O escambo com os nativos propiciou uma revolução quase instantânea da Idade da Pedra para a Idade do Ferro em diversas tribos do litoral brasileiro e segundo relatos de viajantes<sup>10</sup> em 1558 as melhores árvores de pau-brasil só podiam ser encontradas a mais de 20 km da costa.

Mesmo depois de terem sido expulsos do território do Rio de Janeiro, em 1567, na tentativa de implantação da França Antártica<sup>11</sup> e, dos atuais estados de Sergipe e Alagoas em 1590, os franceses continuaram frequentando o litoral brasileiro, praticando o escambo com os nativos.

As mudanças trazidas pela União Ibérica, quando o rei de Espanha Filipe II assumiu o trono português, tornaram a presença francesa ao longo da costa leste-oeste cada vez mais ostensiva, uma vez que os monarcas franceses eram inimigos do rei espanhol.

Depois que os espanhóis exploraram a bacia do Amazonas ainda no século XVI, somente os colonos ingleses, irlandeses, holandeses e franceses é que se aventuraram a fundar colônias na região.

O interesse da coroa portuguesa pela suas possessões no norte das terras descobertas sempre foi grande, o único modo para que ocorresse uma efetiva ocupação era dividir a região em capitanias e lugares para que, desse modo, fosse possível o socorro entre elas em caso de

---

<sup>10</sup> (Jean de Lery. Viagem à Terra do Brasil, 1961)

<sup>11</sup> A França Antártica existiu concretamente por um lustro apenas. Mas, além do empreendimento material e político, tornou-se suporte de um imenso investimento imaginário, que até hoje alimenta a reflexão dos antropólogos (AUGRAS, 1991).

necessidade. Contudo, entre uma e outra capitania havia grandes espaços devolutos de dezenas de léguas.

Dos primeiros núcleos de povoamento criados pelos donatários ao longo da costa atlântica do estado do Brasil, Olinda pode ser considerada o ponto de partida para a penetração na chamada costa leste-oeste, ainda inexplorada.

A irradiação que aconteceu a partir de Olinda em direção ao norte se deu entre os anos de 1580 e 1616 com o objetivo de incorporar definitivamente aquele território às possessões lusas. Desde meados do século XVI os portugueses buscavam uma aproximação com os Potiguara na Paraíba, após inúmeros combates selaram um acordo de paz. Seguiram em direção ao Potengi, lá derrotaram os Potiguara e fundaram a casa forte dos Três Reis Magos que daria, posteriormente, origem ao núcleo colonial de Natal.

Seguiram adiante, Martim Soares Moreno, recorrendo à aliança com Jacaúna, líder dos índios da região do Jaguaribe, conseguiu dar um passo importante, estabelecendo o forte de Nossa Senhora do Amparo, posto mais avançado em direção ao Maranhão.

O descaso em relação à região pode ser explicado, em parte, devido às dificuldades em se estabelecerem contatos entre Pernambuco e o Maranhão. Entre um e outro estava o Ceará que era uma região inóspita o que dificultava a existência de caminhos por terra entre as duas regiões. Por outro lado, os ventos tornavam a navegação do Maranhão a Pernambuco praticamente inviável.

#### II.5.3.3.3.4 - A França Equinocial (1612 - 1615)

A região norte do Brasil teve uma rarefeita ocupação militar ao longo do século XVI e princípios do XVII, justificada pelo maior interesse na faixa litorânea do nordeste, produtora de cana-de-açúcar e uma das áreas onde se iniciou o processo de colonização ainda na primeira metade do século XVI.

Motivado pelos relatos de Riffault, o Rei Henrique IV determinou a exploração das terras às custas da Coroa e designou Daniel de *La Touche*, senhor de *La Ravardière* como seu lugar-tenente-general na América, em 1610:

*(...) na fiel obediência de tão superior ordem se embarcou prontamente Ravardière para o Maranhão, aonde chegou com próspera viagem; e pelas exatíssimas*

*indagações de seis meses completos, vendo bem confirmadas as do seu Companheiro o Senhor Des-Vaux voltou para Paris para dar conta da sua comissão a El Rey seu Amo (BERREDO, 1749, p.113).*

Ao regressarem à França o Rei havia sido assassinado e as dissensões civis e religiosas retardaram os auxílios esperados.

Em 1612, aguçados pelo sucesso da atividade açucareira, comerciantes e nobres franceses se associaram num empreendimento comercial. Contando com o incentivo e concessão da rainha Maria de Médicis, regente na menoridade de Luís XIII, tentaram organizar uma nova colônia no Brasil.

A empresa marítima despertou o interesse de particulares calvinistas que em conjunto com a coroa francesa disponibilizam recursos necessários à empresa. Comandada por Daniel de La Touche, partiu do porto de Cancale, em 19 de março de 1612, uma frota com o propósito de estabelecer uma colônia ao sul da linha equinocial, com extensão de 50 léguas de cada lado de um forte que teria de construir na ilha.

*Eram três as naus, de que se compunha esta Esquadra, com a equipagem de pouco menos de quinhentos homens de mar, e guerra: a Almiranta (falando no estilo Francês), que governarão os dois Lugar-Tenentes Gerais, e tinha o nome da Regente, em obséquio de Maria de Medices: a Vice-Almiranta, que levava a seu cargo o Barão de Sancy (filho, ou irmão do terceiro Sócio nesta Capitania) e se chamava a Carlota: e a última, que ia a ordem do Cavalheiro de Racily (irmão do Comandante, Senhor deste Lugar), e se distinguia pela soberana invocação da Senhora Santa Ana (BERREDO, op.cit).*

Esta ocupação foi resultado dos contatos que se vinham fazendo vinte anos antes, iniciados por Jacques Riffault e Charles Des Vaux que, em 1594, associados a armadores e negociantes patrícios, já se havia fixado na ilha do Maranhão, transformando-a em refúgio de piratas e traficantes. Com o apoio do chefe potiguar Ivirapive, da região do Potiiú (Rio Grande do Norte), Riffault que passou a obter mais informações sobre o território, retornou à França para convencer o Rei Henrique IV das vantagens de estabelecer ali uma colônia francesa.

Em julho de 1612, aportam na ilha de Upaon-Mirim<sup>12</sup>, e em agosto, foram recebidos pelos principais chefes indígenas da região, encontrando também fundeados no porto três navios de corsários de Dieppe e um francês residente do local Mr. Du Manoir.

A organização da França Equinocial teve início com a construção do forte, como estava previsto, armado com 20 peças de artilharia. Foi criado também um armazém de subsistência e a casa de residência para os missionários capuchinhos.

O forte batizado de Saint Louis, em homenagem ao Rei da França<sup>13</sup>, estava localizado estrategicamente entre os rios Anil e Bacanga, de frente para o Golfão Maranhense, mantendo uma visão privilegiada e estratégica de parte do litoral da ilha.

A partir do Forte Saint Louis os franceses, visando o fortalecimento do propósito político-mercantil de sua empresa, intensificaram as relações com as aldeias tupinambá estabelecidas na ilha e mandaram embaixadas regulares às aldeias de Tapuitapera e Cumã, fundando alguns fortins e construindo capelas portáteis em pontos estratégicos, chegando inclusive a enviar índios para a França, também efetivaram expedições de reconhecimento nos rios Itapecuru, Mearim, Gurupi e Amazonas.

Segundo a narrativa do capuchinho Claude d'Abbeville, na ilha de Upaon-Açu<sup>14</sup> havia cerca de 12 mil índios tupinambá distribuídos em 27 aldeias, compostas cada uma de 4 cabanas ordenadas, e em cada delas viviam pouco mais de 100 tupinambá, homens e mulheres. Em Tapuitapera<sup>15</sup> possuía de 15 a 20 aldeias e em Cumã<sup>16</sup>, outras tantas. Para além das terras de Cumã havia nas de Caeté<sup>17</sup> outras, em número de vinte e quatro.

As aldeias geralmente localizavam-se em locais altos planos e ventilados, estrategicamente protegidos, com boa visibilidade da circunvizinhança e de fácil acesso a recursos alimentares. Somando-se os aldeamentos de São Luís, Tapuitapera, Cumã e Caeté, chega-se a uma população de 35 mil indivíduos linguística e culturalmente próximos que mantinham fortes laços de parentesco, amizade e servidão entre si. Segundo os historiadores:

---

<sup>12</sup> Upaon-Mirim foi a denominação dada pelos indígenas à porção territorial localizada no litoral, hoje ilha de Santana, localizada em Humberto de Campos - MA.

<sup>13</sup> Referência ao Rei-menino Luís XIII.

<sup>14</sup> Significa "Ilha Grande" e foi a antiga denominação da ilha de São Luís.

<sup>15</sup> Atual município de Alcântara - MA.

<sup>16</sup> Atual município de Guimarães - MA.

<sup>17</sup> Atual município de Bragança - PA.

No Maranhão pertenciam ao grupo tupi além de outras 18 as seguintes tribos: tupinambá, tabajara, caeté, atidos à orla marítima, ou dela próximos; do grupo tapuia: guajá, guajajara, gamela, barbado, etc., povoando os vales dos rios Itapecuru, Pindaré, Grajaú, Mearim e Munim. Constituíam eles a população do Estado ao tempo da invasão francesa, ocupando a ilha Grande, ou Upaon-Açu, os maranhanguara, da nação tupinambá (LIMA, 2006).

O padre capuchinho Yves D'Evreux relata em sua obra<sup>18</sup> a tentativa de expansão da empresa de Daniel de La Touche para a região amazônica,

*(...) em junho de 1613 o Sr. Ravadiere partiu para o Amazonas levando 40 soldados, 10 marinheiros e 20 dos principais selvagens da ilha do Maranhão, Tapuitapera e Cumã. Em Cumã muitas canoas de índios o esperavam e provendo-se de farinha seguiu para Caieté, onde havia 20 aldeias Tupinambá, onde Ravadiere reforçou sua tripulação com 60 escravos que lhe deram. Em agosto, partiu de Caieté com muitos habitantes dessa localidade e dirigiu-se para a aldeia de Meron onde em grandes canoas embarcou selvagens e franceses e seguiu para a desembocadura do rio Pará [...] o rio Pará desde sua embocadura para cima é muito povoado de Tupinambás; chegando à última aldeia, situada a 60 léguas da sua embocadura, todos os principais desses lugares lhe pediram com instância que fosse guerrear com os Camarapins (D'Evreux, 2002).*

Durante a exploração do rio Mearim, D'Evreux aponta uma existência de uma sociedade indígena diferenciada dos Tupinambás, descrevendo parte do cotidiano, de ritos, da miscigenação entre os Miarinense<sup>19</sup> e os Tupinambá e o respeito as "leis de guerra" entre as nações indígenas.

Os Franceses chamavam os Miarinense de Pedras Verde<sup>20</sup>, devido aos tembetás que estes indígenas confeccionavam que os diferenciavam dos outros Tupinambás, e devido a uma montanha situada não muito longe de sua antiga habitação onde:

*Se acham mui belas e preciosas pedras verdes, dotadas de muitas propriedades, especialmente contra doenças de baço e frouxo de sangue, e também me disseram aí haver esmeraldas muito finas: aí iam os selvagens buscar estas pedras verdes,*

---

<sup>18</sup> Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614.

<sup>19</sup> Os Miarinense eram os próprios Tupinambá que residiam nas férteis margens do Mearim (D'Evreux, op.cit).

<sup>20</sup> A denominação adotada pelos franceses veio sem dúvida do costume que tinha estes índios de furar o lábio inferior, e mesmo as faces para nelas introduzir discos de uma espécie de esmeralda, feitos com muita paciência, e apreciados como jóias estimáveis (D'Evreux, op.cit).

*tanto para colocá-las em seus lábios, como para negócio com as próprias nações vizinhas (D'Evreux, 2002).*

Para D'Evreux os Miarinense eram:

*Ordinariamente de boa estatura, bem conformados e valentes na guerra: sendo bem guiados, não recuam e nem fogem como os outros Tupinambá, explicando-se isso pelo fato de serem criados entre os combates, sempre travados contra os portugueses, aos quais atacaram outrora, escalaram suas fortalezas, tomaram suas bandeiras e nunca mais abandonaram sua primeira habitação [...] além de serem corajosos e bons soldados, trabalham muito bem, e antes quero uma hora de tarefa deles do que um dia de Tupinambá (D'Evreux, op.cit).*

D'Evreux relata ainda as particularidades e as mudanças de costumes dos Tupinambá a partir da aliança com os franceses, como: a redução da prática do antropofagismo em Upaon-Açu e nas aldeias circunvizinhas, a migração dos indígenas pelos rios em busca de ilhas incógnitas atrás de segurança e da relativa facilidade de domesticação dos selvagens.

Em 1613 diversas expedições de reconhecimento foram enviadas pelos rios de toda a região, inclusive aqueles que desembocam nas baías que cingem a ilha de São Luís.

Uma pequena tropa comandada pelo Senhor *Du Prat* subiu o rio Pindaré e trouxe notícia da existência de uma tribo existente nas margens do rio, ao qual denominaram de pinariense. Gomes (2002) acredita que os pinariense eram os índios Tenetehara.

No início do século XVII, os índios Tenetehara viviam na altura do curso médio do rio Pindaré, no trecho onde desembocam os rios Caru, Zutiuiá e o Buriticupu, numa área da floresta pluvial amazônica, estimados em cerca de 10 mil pessoas. Segundo Diniz (1988), ainda no século XVII os Tenetehara foram registrados ocupando mais de trinta aldeamentos localizados na extensão do leito dos rios Pindaré e Mearim, o que indica que:

*Os Tenetehara constituíam uma etnia distinta. Sua população era bem menos numerosa que a dos Tupinambá e se restringia a uma região mais ou menos delimitada. Suas aldeias eram autônomas, com liderança localizada, e continham talvez entre 200 e 300 habitantes, o que lhes dava um menor grau de coesão política. Essa característica social dava aos Tenetehara um poder de ação pequeno, mas lhes conferiam uma estrutura social mais flexível, oferecendo maior potencial*

*para a formação de novos agrupamentos em caso de perda populacional e, assim, maiores chances de sobrevivência (GOMES, 2002).*

Com o objetivo de conhecer a conquista francesa, foi enviado ao Maranhão o português Martim Soares Moreno, que incendiou armazéns franceses. Neste momento os franceses estavam divididos em três grupos: um de reconhecimento ao rio Amazonas sob o comando de Daniel de La Touche, outro com destino à França em busca de recursos e um terceiro se manteve em Upaon-Açu.

Diante da ameaça iminente da perda de parte da sua Colônia, portugueses e espanhóis fizeram aliança com alguns indígenas, se unindo para enfrentar os invasores estrangeiros.

Em novembro de 1614, uma armada comandada por Jerônimo de Albuquerque com oito navios, 230 soldados, 60 marinheiros, cerca de 300 índios Tupinambá de Pernambuco e da Serra do Ibiapaba, acompanhados de umas 300 mulheres e crianças, chegou ao Maranhão com o propósito de expulsar os franceses.

Em número muito inferior ao dos franceses e seus aliados, a tropa de Jerônimo de Albuquerque se aloja no continente, defronte à baía de São José, onde constroem um pequeno forte octangular, se entrincheiram e se preparam para esperar reforço antes de dar combate aos franceses em suas fortificações na ilha.

Numa batalha conhecida por Guaxenduba, a 19 de novembro de 1614, que durou praticamente um único dia, a tropa de Jerônimo de Albuquerque conseguiu aguentar firme a investida de 200 soldados franceses e 1.500 índios, e ao final rechaçar e matar cerca de 115 franceses, inclusive diversos homens de nobreza, e mais de 500 índios, e tomar sete prisioneiros. Alguns dias após a batalha:

*Aceitaram os vencedores a trégua proposta pelos vencidos: a suspensão de hostilidades até as coroas interessadas resolverem o assunto; levantar o bloqueio e trocar prisioneiros; os atos de inimizades passadas ficarem esquecidos e extintos; viverem em paz e boa amizade, podendo ir e vir livremente aos fortes, tanto na ilha como em terra firme e comprometendo-se ainda o rendido na disputa a abandonar o território após três meses do conhecimento da solução (LIMA, 2006).*

Devido a questões dinásticas, pois na Europa articulava-se o casamento de Luís XIII com Ana da Áustria, filha de Filipe III de Espanha, não foram enviados reforços aos franceses.

De comum acordo, em novembro de 1615, foi assinado o documento de rendição, facultando o regresso à Europa aos franceses assim que o quisessem; e logo 400, em três navios, passaram à pátria, ficando alguns que se haviam casado com as índias. Este seria o fim da França Equinocial no Maranhão. De certa maneira, os franceses impulsionaram a conquista do Maranhão pelos portugueses ao se instalarem na ilha de São Luís em 1612.

De comum acordo, em novembro de 1615, foi assinado o documento de rendição, facultando o regresso à Europa aos franceses assim que o quisessem; e logo 400, em três navios, regressaram à pátria, ficando alguns que se haviam casado com as índias. Este seria o fim da França Equinocial.

#### II.5.3.3.3.5 - Os Primórdios da Colonização Portuguesa na Região Amazônica

Devido às dificuldades naturais para a ocupação do Maranhão e Grão-Pará, como a inexistência de caminhos regulares e seguros, a política de Filipe III assumiu como finalidade principal, tanto por meio de ações guerreiras quanto por meio do povoamento, garantir o monopólio ibérico na área.

Dominar a região norte, cobiçada por tantos países e de grande imensidão, não era tarefa fácil, mais difícil ainda seria consolidar o domínio efetivo sobre a região amazônica, que foi se dando aos poucos. A estratégia de ação do Governo português compreendia a defesa da posse da região, a criação de uma economia regional, através da agricultura, e a conversão do indígena ao cristianismo.

No Natal de 1615 acontecia uma investida em direção à foz do chamado "Rio das Amazonas", liderada por Francisco Caldeira Castelo Branco, que participara da luta contra os franceses no Maranhão, em cujo território, após alguns meses de navegação escolheu o sítio que lhe pareceu mais conveniente para a Praça de Armas da sua conquista, a que chamou logo Grão-Pará, nome também das Amazonas (Amaral, 2004).

Caldeira buscou de imediato fazer alianças com os principais Tupinambá que viviam nas proximidades do local escolhido para o estabelecimento da Praça de Armas, visando a estabilidade de seu empreendimento, já que o contingente de homens e armas que possuía era demasiadamente pequeno e fraco para sustentar prováveis investidas dos indígenas.

*(...) usando da maior prudência expediu, por embaixadores, a alguns do tupinambá a sua comitiva, para que praticassem com os seus parentes e estes com os seus aliados, certificando-os a uns e outros, de que sua vinda ali não era pra lhes fazer dano nem*

*tirar as suas terras, mas antes para viverem todos como bons amigos, permutando as drogas de suas florestas pelas que os portugueses lhe dariam e que vinham a ser - ferramentas, panos, miçangas e tantas coisas outras, tão do agrado dos índios (Amaral. op.cit).*

Aceitaram os indígenas as propostas que os portugueses lhe fizeram, assim auxiliados pelos índios Tupinambá, construíram uma igreja e algumas habitações, estabelecendo um núcleo inicial de povoamento denominado Nossa Senhora de Belém, atual cidade de Belém.

No início de 1616, cumprindo ordens do governador geral, Francisco Caldeira, que levou dois religiosos de Santo Antônio, Antônio da Merciana e Cristóvão de São José, deram início à construção de um forte de madeira, que chamaram de Presépio. O local estratégico permitia controlar qualquer investida estrangeira, inclusive a invasões dos próprios indígenas, caso estes tentassem qualquer golpe ou surpresa contra o novo forte. (Figura II.5.3.3-1 e Figura II.5.3.3-2).



Figura II.5.3.3-1 - Representação do trabalho indígena no início da construção do Forte de Belém (Theodoro Braga). Modificado de Coimbra (2002)



Figura II.5.3.3-2 - Visão Parcial do Forte do Presépio com canhões de caça e guerra de diferentes períodos

Uma colonização lenta e cheia de obstáculos foram marcas da capitania naquele momento. fatores como o isolamento do centro colonizador, matas fechadas de difícil acesso, associados à imensa quantidade de tribos indígenas existentes em conflito com os colonos contribuíram para este quadro.

Belém nasce sobre Mairi, para os índios Tupinambá, como baluarte de grande importância estratégica para Portugal e destinada a ser a base principal da grande conquista do Norte ou do Grão-Pará e, por conseguinte, a ampliação dos territórios e interesses da Metrópole, sobretudo econômico e de poder.

Os três anos seguintes à fundação de Belém foram marcados por muitos conflitos sangrentos entre índios e portugueses. Em 1619, os Tupinambá realizaram uma tentativa de assalto direto ao Forte do Presépio visando expulsar os invasores portugueses que reagiram com uma guerra de extermínio aos Tupinambá, queimando aldeias, matando e capturando escravos (FAUSTO, 2001).

Em 1621 foi instituído o Estado Colonial, determinando a divisão político-administrativa dos domínios de Portugal entre o Estado do Maranhão, com jurisdição em São Luís e o Estado do Brasil, com jurisdição em Salvador. Ambos eram subordinados diretamente a Lisboa e possuíam estrutura própria de funcionamento administrativo.

Durante os primeiros anos da consolidação do domínio português, houve uma preferência destes pela colonização costeira, que teria sido influenciada pelo fato de ser a mesma habitada, praticamente, por uma só família indígena, cuja língua serviria de instrumento valioso de comunicação, adaptada pelos jesuítas.

No início da colonização São Luís era apenas uma cidadela armada, um posto militar, até que se intentasse um povoamento organizado. Numa tentativa de colonização organizada chegaram ao Maranhão no período de 1621 a 1632, 200 casais de açorianos.

Anos mais tarde, em 1676, numa nova tentativa de colonização organizada pela Coroa portuguesa, chegaram ao Pará 50 casais e 250 açorianos de ambos os sexos, vindos da ilha de Faial, expulsos por uma erupção vulcânica.

Com os açorianos vieram também os chamados "povos voluntários": missões religiosas e outros que entusiasmados com a divulgação sobre as riquezas da região, vinham à procura de novos horizontes. Esses primeiros colonos adentraram pelos rios Guamá, Acará e Mojú e lá se fixaram dando começo à colonização da Amazônia portuguesa.

De fato os portugueses e seus descendentes imediatos foram inexcedíveis e se adaptaram com enorme facilidade às condições que as novas terras ofereciam.

O gado vacum também foi introduzido na capitania do Maranhão, com algumas novilhas vindas do Brasil e intensificou-se a "preação" dos índios, vendidos como escravos aos colonos e engenhos.

Além dos engenhos existentes no Itapecuru, foram registrados engenhos em Tapuitapera e na Capitania do Mearim, cujo crescimento era modesto, existindo apenas 15 em toda colônia. A agroindústria açucareira logo fracassou, o que fez com que a economia da colônia nos primeiros

anos fosse baseada na agricultura de subsistência que não supria sequer as necessidades mais imediatas da população.

A frágil agricultura deslocou o eixo de exploração econômica para as “drogas do sertão”<sup>21</sup>, que alcançaram grande valor na Europa. No período compreendido entre 1615 e 1755, a economia da colônia foi basicamente movimentada pela coleta das “drogas do sertão” e pela escravidão dos indígenas.

Com o estabelecimento definitivo dos portugueses no Maranhão logo cria-se a questão do indígena, cujos recursos foram todos usados para escravizar os indígenas, por expedições de “preação” ou com os “descimentos” promovidos pelas ordens missionárias. Quase que de imediato e inevitável, houve o choque entre os colonos e os missionários religiosos, estes, a serviço de seu ideal religioso.

Para justificar as expedições escravistas e a maciça escravização indígena, os colonos invocavam sua pobreza, que os incapacitava de comprar escravos negros, defendendo seus interesses e suas políticas diversas. Os missionários, usando como pretexto a guerra justa, sob alegação de prática de barbárie, antropofagia, poligamia e idolatria, permitiu o cativeiro dos indígenas.

O contato das expedições com a população indígena era quase sempre violento, matando e torturando os índios para tomar os suprimentos que necessitavam, muitas vezes, porém, foram feitas alianças com os indígenas, e destas alianças obtinham todo o apoio que necessitavam para a empreitada.

A primeira expedição escravista no Maranhão ocorreu logo após a expulsão dos franceses. Bento Maciel Parente, conhecido como o mais sanguinário perseguidor dos índios, realizou uma expedição subindo o rio Pindaré em busca de ouro, com 45 soldados e 90 índios flecheiros, dando início à perseguição à nação tenetehara-guajajara. Segundo frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres “passados alguns meses, se recolheu sem ter encontrado senão os índios Guajajaras [Tenetehara], aos quais fez cruel guerra”.

Em 1619, Bento Maciel Parente chega à cidade de Belém, com seu exército de 80 soldados e 400 índios flecheiros, vindos do Rio Grande do Norte e Paraíba, e lhe fora recomendado que começasse a sua expedição pela capitania de Cumã, assim:

---

<sup>21</sup> O termo drogas do sertão está associado, em geral às plantas aromáticas e de valor medicinal. No Maranhão eram consideradas drogas do sertão: algodão, guaraná, salsaparrilha, anil, cravo, pimenta, baunilha, urucum, cacau, andiroba, canela, quina, puxuri, cochonilha, pau-preto, campenche, castanha.

*(...) “espalhando o terror e a carnagem por aquelas matas do noroeste maranhense e oriente paraense, talando aldeias, exterminando na mais brutal embriaguez de sangue mulheres, velhos e crianças”. (Lopes, op. cit., p. 57). Foi tal o desvario assassino, “extinguiu as últimas relíquias destes bárbaros” (tupinambás) (Berredo, op. cit., p. 131), o que provocou o protesto do capitão-mor do Pará, Gregório Cardoso (Lima, op.cit).*

O início do processo da colonização portuguesa da província teve como vetor dinâmico a economia agroindustrial açucareira, no litoral, na baixada maranhense e na zona fisiográfica guajarina.

A fácil navegabilidade dos rios da zona fisiográfica guajarina foi um dos fatores favoráveis à ocupação da região ainda nos primeiros anos da colonização portuguesa. A exploração das drogas do sertão e o desenvolvimento das atividades de exploração de lavouras, como cacau juntamente com arroz, café e cana-de-açúcar, foram outros fatores (ainda que bastante insignificantes) da economia regional, que viveu num estágio de estagnação até a segunda metade do século XVIII, após a expulsão dos Jesuítas, e a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.

A subordinação do Agreste e do Sertão durante a expansão da pecuária, como economias complementares à litorânea, fez com que a população interiorana vivesse uma vida quase autárquica, praticamente sem nenhuma ligação com o litoral.

A colonização da região do “Bico do Papagaio”, confluência dos rios Araguaia e Tocantins, divisa dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, deu-se mais tardiamente e de forma bastante árdua e lenta. Foi fruto de acontecimentos distintos e concomitantes como: as bandeiras paulistas que procuravam minas de ouro e a preação de índios; as missões empreendidas pelos jesuítas do Pará; e o avanço e estabelecimento de fazendas da Casa da Torre de Garcia D’Ávila.

De São Paulo saíram as bandeiras que, buscando índios, cada vez mais escassos, chegavam com frequência até ao extremo norte de Goiás, região do Estreito (hoje norte do Tocantins):

*A primeira bandeira, que partindo de São Paulo, possivelmente chegou até os sertões de Goiás no leste do Tocantins, foi a de Antônio Macedo e Domingos Luís Grau (1590-1593). Depois seguiram-se a de Domingos Rodrigues (1596-1600), que desceu até a confluência do Tocantins com o Araguaia; a de Afonso Sardinha (1598-?); a de Belchior Carneiro (1607-1609), que passou ainda mais para o norte; a de Martins Rodrigues (1608-1613); a de André Fernandes (1613 1615); a de Pedroso de*

*Alvarenga (1615-1618); a de Francisco Lopes Buenavides (1665-1666); a de Luís Castanho de Almeida e a expedição familiar de Antônio Paes (1671); a de Sebastião Paes de Barros (1673).*

Segundo a historiografia, a primeira tentativa militar de conquista do rio Tocantins ocorreu por volta de 1637, cabendo a empresa a Feliciano Coelho de Carvalho, que visava a demarcação da capitania de Cameté. Contudo, nada ficou documentado sobre essa tentativa de desbravamento, conquista e delimitação de sua capitania que ficava situada entre os rios Tocantins e Moju.

A primeira entrada efetiva de reconhecimento do rio Tocantins foi enviada pelo governador do Grão-Pará, Inácio Coelho da Silva e aconteceu entre 1654 e 1665 com 300 indivíduos, composta por militares, índios mansos, soldados, capitães e padres da Companhia de Jesus, dentre os quais, o padre Antônio Vieira.

A entrada percorreu cerca de 130 léguas subindo o rio Tocantins<sup>22</sup>, o nome foi uma alusão feita por Vieira ao nome de uma tribo de índios que habitavam as suas ribeiras:

*Por uma parte e por outra tudo são arvoredos agrestes e sem frutos [...] as terras de uma e de outra banda do rio não são rasas como as do Pará, mas levantadas mais em outeiros que em montes [...] chama-se rio dos Tocantins, por uma nação de índios desse nome (VIEIRA APUD COUTINHO, 1994).*

Uma terceira entrada ordenada pelo governador-geral do Maranhão, Agostinho Correia, em 1657, tinha por objetivo aprisionar os índios Inheiguara e Tupinambá que viviam no curso do Tocantins.

Francisco Valadares Souto-Maior chefou uma nova entrada no curso do Tocantins, aproximadamente em 1670, fazendo guerra aos Naimiguras, Arauaquizes e Costingas.

Em 1673, Francisco da Mota Falcão foi enviado ao Tocantins com o objetivo de expulsar bandeirantes paulistas que estariam dominando a região. Provavelmente Francisco da Mota Falcão levou a intimação ao bandeirante paulista Sebastião Pais de Barros, que desobedeceu às ordens:

*Sem ordens para declarar guerra a um vassalo de Sua Majestade, que tinha o governo central com poderes sobre o Maranhão e o resto do Brasil, Falcão retornou. De*

---

<sup>22</sup> Segundo Milton Coutinho o nome Tocantins - Tô-o-Kantim - significa nariz pontudo e nesta época os rios Tocantins e Araguaia eram considerados como um só.

*passagem pelo Pará, encontrou-se com Antônio Raposo Tavares, que trazia ordens de Lisboa para conquistar o Tocantins. De retorno ao local onde havia deixado o bandeirante paulista, só colheram a notícia de sua morte (Coutinho, op. cit).*

Em mais uma tentativa de desbravamento do Tocantins, em 1685, Hilário de Souza de Azevedo comandou uma entrada que objetivava a captura de índios Arauaquizes e Carapitonas.

Os jesuítas tinham criado na Amazônia um sistema bem estruturado de "aldeias" de aculturação indígena. buscando índios para estas aldeias, os jesuítas organizaram diversas expedições fluviais, que subindo o rio Tocantins chegaram à província de Goiás. Logo depois, os jesuítas projetaram a catequização no território, fundando aldeias no Baixo Tocantins, com a meta de agrupar e evangelizar mais índios.

Paralelamente às tentativas de colonização da região norte da província de Goiás, a produção canavieira da Bahia se expandia, provocando o adensamento populacional do Recôncavo e da Baía de Todos os Santos. Crescia também a demanda de gado, que era peça vital para a sobrevivência da colônia e o aferimento dos lucros da Coroa.

A ocupação das áreas de pecuária equivalia a pequenas manchas distantes léguas e léguas umas das outras, tendo sido realizada inicialmente por missionários e curraleiros. os currais dos D'Ávila foram sendo implantados seguindo a direção oeste até o Tocantins e, para o noroeste e o norte, atingiram a região centro-norte do Piauí e do Maranhão na segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII.

O crescimento dos currais dos D'Ávila está intrinsecamente ligado ao desbravamento do Sertão do Rodelas, promovido pelos irmãos Julião Afonso Serra e Domingos Afonso Serra que, segundo Silva (op. cit), depois adotaria o nome "Sertão" e seria conhecido também como Domingos Afonso Mafrense. Os irmãos eram arrendatários da fazenda Sobrado dos D'Ávila, no médio São Francisco, a partir do final do século XVII.

Os limites do extenso território do Sertão do Rodelas são registrados na patente régia de 30 de setembro de 1700, confirmando a nomeação de Bento da Rocha Mota no posto de capitão de cavalos da capitania dos Rodelas, no distrito dos rios Parnaíba, Gurguéia e Itaguera (Itaueira) tendo início,

*(...) a partir de Cabrobó, pelo rio Pajeú, [que] deságua no rio São Francisco; e daí subindo, margeando o rio São Francisco até o Carunhanha, seguir margem esquerda*

*acima, e chegando às suas nascentes, costear as fraldas das serras da Tabatinga e do Duro [atual Tocantins], e transpondo depois as da Gurguéia, Piauí, Dois Irmãos, internar-se pelo território do Piauí, descendo, pelo rio Canindé, e ao chegar à sua foz no Parnaíba, subir por este rio acima até as suas origens nas fraldas da serra das Mangabeiras, segundo uns, ou da Tabatinga, como assinalam outros (PEREIRA DA COSTA, 1983 apud SILVA 2003).*

O caminho traçado pelo gado dos D'Ávila e associados na ocupação da região além São Francisco, ia se sobrepondo à rota de fuga dos grupos indígenas desde o litoral da Bahia, onde fora construída a Casa da Torre no Tatuapara.

Do século XVI ao XVII, a família D'ávila, seus associados e prepostos pouco a pouco haviam ocupado as terras do interior, conduzindo o gado do Recôncavo baiano pelos afluentes e margens do São Francisco, de onde, propagou-se pelos sertões de Sergipe, Alagoas e a partir das fazendas de Cabrobó e Sobrado, pelo oeste de Pernambuco, Paraíba, Piauí, Maranhão, Tocantins, Ceará e Rio Grande do Norte.

Em meados do século XVIII, tinha o Maranhão sete freguesias:

*Nossa Senhora da Vitória, em São Luís, criada possivelmente em 1621; São Matias, em Tapuitapera; Nossa Senhora da Conceição, em Icatu; Nossa Senhora do Rosário do Itapecuru, em Rosário; São Bernardo, em São Bernardo; das Aldeias Altas, em Caxias; e São Bento das Balsas, em Pastos Bons; "os povos dispersos pela imensidão de léguas e sujeitos a visitas aleatórias dos padres, nas desobrigas (Pachêco, apud Meireles, p. 126-27).*

Pastos Bons foi o roteiro para o desbravamento e povoação do alto sertão maranhense, fruto das entradas da Casa da Torre de Garcia D'Ávila para combater os indígenas e expandir a criação de gado.

Proveniente da Bahia, as entradas caminharam para o Norte, atingindo o São Francisco invadiram o Piauí, descendo pelos rios Gurguéia e Piauí, alcançaram o alto Itapecuru, o rio Balsas, o Manuel Alves Grande e o território de Pastos Bons, disseminando fazendas no seu percurso no início do século XVII.

A partir dele foram constituídos arraiais, vilas, cidades e distritos, nos sertões maranhenses:

*(...) chegava a esta penetração, sob a édige dos jesuítas onde fundaram a primeira Igreja sob proteção de São Bento, ponto avançado da civilização que vinha e o de partida da nova que a província do Maranhão a dentro fixava o homem e o gado, afugentando os índios até os limites de Goiás e Pará, nas margens do Tocantins (NETTO, 1979).*

Pastos Bons expandiu seu território, o seu distrito era o espaço atualmente ocupado pelos municípios maranhenses compreendidos no vale do Tocantins, vale do Parnaíba, de Barão de Grajaú a Alto Parnaíba, do vale do Balsas e o rio das Neves, o vale do Itapecuru com os municípios de Carolina e Mirador, ainda no vale do Alpercatas e Passagem Franca, São João dos Patos e Paraibano.

A historiografia dos sertões de Pastos Bons tem sua base fundamentada no Roteiro da Viagem que Fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às Fronteiras da Capitania do Maranhão e de Goiás, no Ano de 1815, onde foi incumbido da:

*Descrição do Território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão, das propriedades de seus terrenos, suas produções, caráter de seus habitantes colonos, e estado atual de seus estabelecimentos; escreveu memória sobre as nações indígenas que presentemente habitam o continente do maranhão, análise de algumas tribos mais conhecidas, seus processo de suas hostilidades sobre os habitantes: quais as causas que lhe têm dificultado a redução, e único método que seriamente poderá reduzi-las (LIMA, op.cit).*

Além destas tarefas, deixou manuscritos inéditos, mapa geográfico da capitania do maranhão que pode servir de memória sobre a população, cultura e coisas mais notáveis da mesma capitania e ainda manuscritos sobre a viagem ao rio Tocantins pelos sertões do maranhão no ano de 1815.

Em 1751, Pastos Bons possuía quarenta e quatro fazendas de criar gado. contudo a agropecuária maranhense desenvolveu-se e afirmou-se na verdade a partir de 1760, como marco bem definido na evolução da capitania. Mesmo com este número de fazendas de gado em Pastos Bons, Ribeiro assinala que:

*Os gados do sul do Maranhão, "os melhores de toda a capitania" pela sua grandeza de corpo, gordura e aptidão para grandes marchas, muito mais valor têm nas feiras do Itapecuru do que todos os outros gados da capitania do Piauí, menos vistosos, sem diferença dos de Balsas e Pastos Bons, o que ele atribui a "se criarem nos capins*

*chamados agrestes, únicos pastos gerais que são próprios destes sertões". A propósito, o sal tão importante para a boa dieta dos bois só a espaços aparecia, afluindo aqui e ali nos lamedouros, que forneciam ao gado a ração indispensável ao seu desenvolvimento. Por isso o boi do Maranhão pesava apenas 8 arrobas, de vez que essa "forragem miserável de rusticidade excepcional" só poderia produzir bois musculosos fornecedores de pouca carne e couros salgados, curtidos, solas e vaquetas que figuram nas listas de exportação (LIMA, op.cit).*

Pastos Bons se tornou o núcleo povoador do Sul do Maranhão, de onde partiram os sertanejos aspirantes por descobertas e conquistas de novos pastos.

Segundo Franklin (2005), na primeira metade do século XIX quatro frentes colonizadoras avançaram em direção à região da pré-Amazônia maranhense: a frente de expansão litorânea; a frente de expansão goiana, da qual surgiu a cidade de Carolina/MA; a frente de expansão pastoril nordestina ou interiorana e a frente colonizadora do Pará, da qual surgiu a cidade de Imperatriz/MA.

Devido à característica rústica do criador e ao manejo extensivo da pecuária, havia pouca necessidade de escravos negros, ou até mesmo de mão-de-obra assalariada. A presença do trabalho livre e a tradição do fazendeiro e de seus filhos estarem ligados diretamente à atividade, fizeram com quem o trabalho escravo negro não se sobressaísse da mesma forma e intensidade que nas regiões do litoral e da baixada maranhense. Na região de pastos bons a mão-de-obra escrava negra representava apenas 20% do total de habitantes.

O avanço para estas frentes para o oeste maranhense não se deu de forma pacífica, foram muitos e violentos choques ocorridos entre indígenas e sertanejos. No início do século XIX, quando se intensificaram as entradas, o sudoeste maranhense era habitado por vários povos indígenas como os Timbira, os Tenetehara, os Cricati, entre outros.

Os Cricati ocupavam o sul do Estado, estendendo-se das cabeceiras do rio Pindaré, da serra da Desordem, dos rios Lajeado e Santana, até à margem esquerda do rio Tocantins, terras hoje ocupadas pelas cidades de Montes Altos e Imperatriz, esta construída sobre os restos de uma antiga aldeia.

Os proprietários do sertão, para própria defesa da invasão dos indígenas, tinham a sua escravatura armada com espingardas, peças de artilharia e munições de guerra, de forma que esta capitania encerrava dentro de si elementos combustíveis para a mais terrível explosão, pois

que “além de cem mil índios, ou talvez mais, que incomodavam os seus habitantes, contava pelo menos dois mil escravos armados que podiam atear um incêndio espantoso”. (Marques, op. cit., p. 357).

Segundo Lopes (1970) uma sociedade assim constituída, dificilmente gozaria de suficiente estabilidade, no alto sertão a lavoura era nula ou irregular, a vida pastoril era rude e mais nômade do que na baixada.

Assim os sertões de Pastos Bons mesmo com sua riqueza absoluta, sem comunicação e sem transportes, era quase um patrimônio morto tanto para o Maranhão, como para o próprio Brasil.

Diferente dos latifúndios entregues aos sesmeiros na área litorânea, a Coroa portuguesa considerava como propriedade senhorial do rei as jazidas minerais em terras de seu reino ou colônias, assim a Coroa cedia concessões de exploração a particulares em áreas que variavam em extensão entre 10.000 a 30.000 m<sup>2</sup> em média, conhecidas como “datas” de terra e a produção era taxada com o quinto (vinte por cento).

A exploração mineratória foi a principal atividade econômica da província de Goiás, que teve seu auge no século XVIII, a prosperidade trazida pela mineração ergueu ruas e casas, indicando as novas fortunas da região, Vila Boa (atual Cidade de Goiás) era o centro desse novo Eldorado.

A partir da decadência da mineração em Minas Gerais a proximidade com diferentes regiões do País e a existência de vasta área a ser ocupada, fizeram de Goiás uma frente pioneira de migração,

*(...) a região compreendida pelo Triângulo Mineiro e sul de Goiás recebeu, paulatinamente, um considerável número de mineradores. Enquanto os mineiros ocupavam pouco a pouco o sul do Estado, no centro-sul se concentrava a população originária do surto minerador goiano e ali se edificaram as principais povoações, pois ali estavam os principais veios auríferos, bem como ali se estabeleceu o centro político (Alves, 2009).*

As minas goianas produziram, entre 1750 e 1754, 37,31% do ouro brasileiro, número superado somente por Minas Gerais, ainda no início do século XIX, o ouro mantinha uma importância significativa na província, mas começava a apresentar uma tendência declinante, por exemplo, em 1804, 59% das exportações das vilas da província de Goiás consistiam do ouro, enquanto o gado correspondia a 24% e a agricultura a 17%.

Caio Prado Júnior verificou na exploração mineratória do século XVIII uma organização que:

*(...) afora as distinções de natureza técnica, é idêntica a da agricultura: concorreram para isto, de uma forma geral, as mesmas causas, acrescidas talvez da influência que a feição geral da economia brasileira já tomara quando a mineração se inicia. E ainda a exploração em larga escala que predomina: grandes unidades, trabalhadas por escravos (PRADO JUNIOR 1981 APUD MARCONDES, 2005).*

No norte da província a exploração do ouro teve início na primeira metade do século XVIII. nesse contexto se destacaram as minas de Natividade, São Félix, Traíras, São José do Tocantins, Porto Real (atual Porto Nacional), Arraias, Cavalcante, Santa Luzia, Cocal e Duro (atual Dianópolis), que depois se tornariam povoados e cidades. Foi descoberto também, ouro na margem direita do rio Tocantins.

Devido à importância que estas minas possuíam, as mesmas foram alvo do primeiro projeto de D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa<sup>23</sup> que objetivava a abertura das comunicações entre Goiás e Belém pelo rio Tocantins. D. Frei Miguel acreditava também que o caminho para as minas de Goiás funcionaria como rota alternativa, caso os castelhanos invadissem aquela capitania e embaraçassem as comunicações com o Pará.

Para viabilizar o estabelecimento desta rota foi sugerida a instalação de um registro e um destacamento de soldados na cachoeira de Itaboca<sup>24</sup>, para garantir a segurança dos viajantes. A promoção dos descimentos e a repartição dos índios livres entre os moradores, para que estes não sentissem de uma só vez a privação do braço nativo, estavam inclusos em seus planos.

Tais medidas se desdobraram no aumento das conversões, no progresso da ocupação do território e na segurança dos viajantes, tinham por objetivo também afugentar o gentio Acoroá (que fugiram do Piauí) para os matos por meio do estabelecimento de povoações às margens do rio Tocantins e aldear os “índios mansos”.

Dom Frei Miguel acreditava que com estas medidas, a produção da província não ficaria comprometida enquanto os moradores se servissem da mão-de-obra indígena, garantindo ao mesmo tempo o abastecimento da capitania e os meios para aquisição do escravo negro. A

<sup>23</sup> Dom Frei Miguel de Bulhões e Sousa foi bispo e governador interino do Pará entre 1754 e 1759.

<sup>24</sup> Em 1779, o capitão-general José Tello de Menezes, determinou a fundação, de um lugar situado à margem esquerda do rio, com o nome de São Bernardo da Pederneira. Nas imediações desse lugar, havia um numeroso mocambo chefiado por Maria Aranha, que, em 1780, deu origem a um povoado. O engenheiro João Vasco Manuel de Braum denominou-o de Alcobaça, onde foi construído um forte chamado Nossa Senhora de Nazaré de Alcobaça. Em 1797, esse forte foi reconstruído por Joaquim José Máximo, reunindo os habitantes de Alcobaça e Pederneira, fundando o registro de Itaboca, que mudou de lugar duas vezes até que se situou à margem esquerda do rio Tocantins, com a denominação de São João do Araguaia.

insistência de Dom Frei Miguel de ligar o Pará às minas de Goiás através do rio Tocantins se deu devido ao quadro caótico pelo qual a província passava, o Pará estava sofrendo com crises de abastecimento e fome.

A questão da navegação não se apresentava como um problema isolado, mas como solução para tirar ambas as províncias da estagnação em que se encontravam, pois a elas estavam atrelados outros problemas como: a baixa densidade populacional nas margens dos rios, a falta de mão-de-obra na região, a escassa produção agrícola e, evidentemente, a questão da insignificante renda pública.

A partir de 1773, com o fim da proibição da navegação pelo rio Tocantins, ocorre um intenso direcionamento cultural, comercial e migratório entre a província de Goiás e o norte do país. Pode-se assim dizer que o primeiro passo dado nesse sentido partiu da própria Coroa Portuguesa:

*Visando preservar os interesses da real fazenda D. João VI, editou o Alvará de criação de uma nova Comarca do Norte da Província de Goiás, com a denominação de São João das Duas Barras, cuja sede seria edificada na confluência do rio Itacaiúnas no Tocantins, nas imediações onde hoje se ergue a cidade paraense de Marabá, àquele tempo território goiano (COSTA, 1982).*

Pelo referido Alvará, foi nomeado para dirigir a Comarca do Norte o Desembargador Dr. Joaquim Teotônio Segurado, incumbido também de promover a navegabilidade dos rios Araguaia e Tocantins e incrementar a lavoura e a pecuária na região.

Embora a mineração tenha sido o primeiro fator de desbravamento e povoamento da província de Goiás, a região norte teve nos rios Araguaia e Tocantins seus principais elementos de apoio. Assim a região norte de Goiás foi sendo esparsamente povoada por baianos, maranhenses e paraenses que paulatinamente iam ocupando as margens dos rios que lhes serviam de único meio de comunicação.

Com o declínio da mineração, algumas medidas foram tomadas na tentativa de povoar as margens dos rios: isenção do serviço militar a quem se dedicasse à navegação; concessão de sesmarias às margens dos rios Araguaia, Tocantins e Maranhão a sócios de companhias de navegação; isenção de dízimos da produção agropastoril; moratória aos devedores da Fazenda; permissão de utilização de índios hostis como mão-de-obra; e criação de presídios militares e aldeamentos indígenas.

Francisco Pinto de Magalhães, comerciante português que fazia o trajeto Natividade-Belém, estimulado pelo plano de navegação do estado português, estabeleceu o arraial de São Pedro de Alcântara (atual Carolina), no local onde existia a antiga aldeia dos macamecrans, contudo os sertanistas Elias Ferreira Barros e Manoel Coelho Paredes já tinham implantado fazendas de gado na região e explorado além dos limites que contornavam a província do Maranhão, atingindo as terras localizadas nas margens do rio Tocantins até o ponto de São João do Araguaia ao norte e até o Porto Imperial ao sul. Estes sertanistas teriam chegado até os limites da atual cidade de Marabá:

*Foram mais longe, ao território dos Goíases até o rio Araguaia...entra neste na parte oeste, e a sua origem vem muito mais do sul do que o do seu confluente, de terras desertas, até a boca do rio Tocaiúnas, divisão de Goiás com o Pará, onde habitam muitas nações gentias, entre as quais a mais notável é a dos Amaniús, tão brancos como os Amanajós (NETTO, op.cit)*

A cidade de Carolina surge como fruto destas expedições nos territórios ocupados pelos aldeamentos existentes dos índios Apinagé, Otogé e Afodigé. Devido à sua localização estratégica, Carolina logo se transformou no ponto distribuidor de gado e produtos vindos de Belém.

Numa economia puramente rural, as diferenças intra-regionais foram ditadas pelas condições geográficas e demográficas, gerando um desequilíbrio dentro de um vasto e único espaço, não tardou para que os problemas das disparidades regionais na província de Goiás viessem à tona. Assim, visando minimizar tais disparidades, desde o princípio do século XIX já se esboçava uma consciência voltada para os problemas do norte Goiano.

O resultado dessas medidas foi que no início do século XIX a região norte apresentava a parcela mais importante das fazendas de criação de gado vacum, suíno e cavalar da Província de Goiás, os animais se destinavam ao abastecimento da Bahia ou Maranhão, dependendo da proximidade das áreas criatórias.

Todavia, as mesmas não trouxeram resultados efetivos para a região, por exemplo: as vilas de Arraias e Cavalcante concentravam o abastecimento do mercado baiano, entretanto, mesmo com o comércio de gado e toda a agricultura, a província não conseguiu sair do seu estágio de subsistência, chegando ao ponto da fome se abater sobre a Cidade de Goiás em 1831.

O alto sertão possuía vínculos e relações de dependência mais atenuadas com o Pará do que com a cidade de Goiás e até mesmo a própria São Luís. Levavam-se um ou dois meses para chegar tanto em Belém, como em São Luís.

Ainda no início do século XIX, os governos do Maranhão, Pará e Goiás, na tentativa de combater os Carajá e Apinajé que hostilizavam os navegantes do Araguaia e do Tocantins respectivamente, a região tocanínia por ser confins geográficos das províncias e ponto estratégico para o desenvolvimento regional era um objetivo a ser atingido. Seguindo os planos e as determinações de Jerônimo Francisco Coelho, então presidente da província do Pará, noutro ponto estratégico, foi edificada como um presídio militar a Vila Nova da Imperatriz (atual Imperatriz), sendo todas as despesas pagas pelo Tesouro.

Também com o intuito de resolver a disputa territorial sobre os seus limites, as províncias enviaram representantes à Carolina, neste contexto, chegou ao sertão de pastos bons o militar português Francisco de Paula Ribeiro, “o desbravador dos sertões de Pastos Bons” que em seu roteiro de viagem deixou como legado,

*(...) a enumeração e descrição de várias nações indígenas que povoaram a região e sua luta pela preservação de seus territórios quando da chegada dos colonizadores, o que implica em conflitos étnico-culturais pela defesa/conquista do espaço geográfico nos primeiros instantes de ocupação dos sertões (Franklin & Carvalho, 2007).*

Segundo Coelho (*op.cit*) Ribeiro afirma que as terras nas proximidades de Imperatriz eram habitadas pelas nações: Albarajá, Carajahi, Jacundá, Amaniú, Moducuru, Norocoagé, Samamecram, Pexetí, Angtgé, Cherente, Xavante, Pepuxi, Tapirapé, Tacamedué, Caraôs ou Mamecrans.

Dias Jr., Carvalho & Zimmermann (2006), afirmam que segundo Giralдин (2004) a região compreendida entre o Tocantins e o Maranhão foram povoadas pelo grupo Ava Canoeiro, entre os rios Araguaia e Tocantins, ocupando um vasto território estavam os Xerente e Xavante(pertencentes ao tronco linguístico Macro Jê).

Imperatriz e posteriormente Marabá se afirmariam como centros econômicos regionais através da exploração do cauxo, do qual se extraia a borracha, seu principal meio de condução era realizado por tropas de muares, que levavam a borracha até o Pará, a exploração da borracha, que atraiu os sertanejos, configurou um nomadismo do “batedor de rios” amazônicos, ainda mais

radical do que o nomadismo sertanejo, tornando a região de imperatriz um centro de turbulência crônica devido ao influxo do “ouro-negro”.

Em relação aos dados etno-históricos da região tocanínia, à medida que a colonização avançava, com a predominância da exploração da maniçoba, no sul do Piauí, e a expansão agrícola no sul do Maranhão e a exploração da borracha, que atraiu os sertanejos como atividades econômicas, os diversos grupos de remanescentes indígenas se dirigiram para Amazônia e o para a região “bico do papagaio” buscando um meio de sobreviver e preservar os seus traços culturais.

#### II.5.3.3.3.6 - Outros Acontecimentos Históricos Importantes

Na região em estudo do presente diagnóstico foi ainda cenário de uma variada gama de conflitos dispersos em diferentes “espaços temporais” - lutas indígenas, quilombolas, banditismo -, e que se manifestam desde a chegada dos europeus até os dias atuais.

Conflitos de importância singular como a revolta de Beckman (1684), a Cabanagem (1835-1840), a Balaiada (1838-1841), a Coluna Prestes (1925-1927) e a Guerrilha do Araguaia (1967-1974), também ocorreram na região em estudo e apontam indicadores que podem dar um suporte maior à pesquisa arqueológica (movimentação de tropas, locais de conflito, etc...). Porém, seus aspectos não serão abordados no presente diagnóstico por entendermos que os mesmos compõem um capítulo à parte na História do Brasil.

#### II.5.3.3.4 - Contexto Arqueológico Regional

A área de abrangência do empreendimento está inserida na região da Amazônia Legal Brasileira, que ocupa parte significativa do território nacional e apresenta uma tradição de pesquisas arqueológicas regionais que remonta ao século XX. Contudo, a região ainda é arqueologicamente pouco conhecida.

Segundo Neves (2000) e Pereira (2003), este fato é resultado da prioridade para trabalhos de campo em certas áreas (a bacia do Baixo Amazonas, por exemplo) em detrimento de outras, cujo enfoque das pesquisas desenvolvidas, que durante quase quatro décadas se voltaram para a procura e análise de vestígios cerâmicos, gerando um desequilíbrio no nível de informação que implicou num conhecimento ainda mais fragmentado da pré-história amazônica. Embora exista a hipótese de que parte da Amazônia em tempos remotos fosse coberta por savanas e não por florestas subtropicais durante o Pleistoceno Glacial, os dados mais recentes demonstram que as

florestas e os níveis altos dos rios predominaram no centro e no oeste da Amazônia durante o final do Pleistoceno. O determinismo ambiental e o difusionismo por muito tempo impediu que se percebesse para a Amazônia<sup>25</sup> a possibilidade do desenvolvimento e manutenção de sociedades complexas.

Para Neves (op.cit) apesar dos arqueólogos suporem que caçadores-coletores não pudessem viver nas florestas tropicais, um grande número de cavernas e abrigos sob rocha foi registrado por naturalistas, espeleólogos e arqueólogos desde o século XVIII. Estes, seguindo os passos dos primeiros exploradores, pesquisaram diversos sítios relacionados à paleoíndios na Amazônia.

As pesquisas desenvolvidas ao longo de décadas evidenciaram, de fato, que a população indígena da Amazônia pode ter sido até 30 vezes maior do que a atual e que foram extintas ou bastante transformadas a partir do contato com o europeu.

Roosevelt (1992: 58), afirma que as evidências da ocupação humana antiga na Amazônia encontravam-se disseminadas ao longo da bacia amazônica e regiões adjacentes, no decorrer do Pleistoceno tardio e Holoceno inicial: pontas de projétil bifaciais, finamente lascadas, encontradas dispersas no baixo Amazonas, em especial em território paraense sugerem uma datação entre 8000 e 4000 anos a.C. para esses artefatos. A autora lança a hipótese de que tais pontas lascadas por percussão<sup>26</sup> pertencessem ao mesmo período geral de culturas paleoindígenas de outras regiões, de 12000 a 7000 anos a.C., contudo esses instrumentos são raros na bacia amazônica em geral<sup>27</sup>.

Segundo Pereira (op. cit. p.28), Roosevelt acreditava que as sociedades que se desenvolveram na Amazônia alcançaram uma complexidade cultural no que se refere a chefias e que este processo cultural estaria refletido em uma sequência cronológica constituída pelos seguintes períodos: paleoíndio; arcaico; formativo e chefia (cacicados).

---

<sup>25</sup> Na década de 70, vários autores (LATHRAP, 1972, 1974; DENEVAN, 1976, HEMMING, 1978 apud BROCHADO 1980) passaram a questionar a idéia de que os solos amazônicos seriam pobres em nutrientes por causa das pesadas chuvas e o forte calor, uma vez que sabia-se dos grandes assentamentos populacionais que existiram à época da conquista e concluíram que alguma espécie de agricultura produtiva deveria ter-se desenvolvido; por outro lado, começava-se a pensar na Amazônia como o berço das culturas cerâmicas na América (SCHAAN, 1996)

<sup>26</sup> Os caçadores do planalto norte-americano contavam com pontas líticas muito sofisticadas tecnologicamente que foram recuperadas em sítios de matança de animais. Designadas como pontas Clóvis e Folsom, provenientes de sítios datados em 11.200 e 10.900 anos AP, respectivamente, foram feitas com apurada tecnologia de lascamento que implicava em retiradas de lascas de pedra dos dois lados da ponta até que a peça ficasse bem delgada. Para concluir, um golpe certo punha em risco todo o trabalho do artesão e, se bem sucedido, retirava uma longa lasca no sentido longitudinal da ponta (TENÓRIO, 1999).

<sup>27</sup> Segundo Neves (2006), estima-se que menos de 20 deles foram identificados em toda bacia amazônica, o Sítio Dona Stella é, até o momento, o único sítio onde se identificou uma ponta inteira em contexto arqueológico bem definido em toda a bacia amazônica, mas associada a datas mais recentes, entre 7000 e 6500 a.C

Roosevelt (1992) considerou as pinturas rupestres, juntamente com os artefatos líticos como característicos do período paleoíndio, e diante do exposto, optou por procurar em grutas com pinturas rupestres na região de Monte Alegre (PA), evidências que comprovassem sua existência na Amazônia. A partir da relação estabelecida entre as pinturas rupestres e a escavação na Gruta do Pilão, foi obtida uma datação de 11200 anos B.P., que parece marcar o início da atividade gráfica na região. Contudo, não foi possível a afirmação de que todas as pinturas rupestres da gruta seriam antigas.

Segundo Caldarelli (*et al.*, 2005) a mesma autora, em 1998, postula para os primeiros habitantes da América do Sul uma economia forrageira, caracterizada por uma gama ampla de adaptações ecológicas, incluindo pesca, caça e coleta, em florestas e savanas.

Em co-autoria com outros pesquisadores, Roosevelt coloca em cheque tanto o modelo denominado "*Clovis first*", quanto o modelo denominado "*Pre-Clovis*", advogando que numerosas e mais recentes datações, tanto na América do Norte quanto na América do Sul mostram que caçadores-coletores de megafauna pleistocênica coexistiram cronologicamente com caçadores-coletores forrageiros, o que refuta os modelos propostos. Ao mesmo tempo, as datações anteriores a 12000 anos AP não apresentaram consistência, o que refutaria o modelo pré-Clovis (Roosevelt, Douglas & Brown 2002). As indústrias líticas dos primeiros caçadores-coletores, tanto da América do Norte quanto da América do Sul, testemunhariam, portanto, uma economia diversificada e adaptada às diversas situações ecológicas com que as sociedades do Pleistoceno final e Holoceno inicial se confrontaram.

Registros paleoclimáticos e paleoecológicos apontam que na região amazônica, entre 11000 e 6000 a.C. houve aumento da pluviosidade, dos níveis dos rios e da sedimentação fluvial. Desse modo é provável que os primeiros habitantes tenham vivido num contexto ecológico semelhante ao atual.

Numa época mais recente, no Holoceno médio, entre 6000 e 1000 a.C., registros paleoclimáticos e paleoecológicos<sup>28</sup> apontam que o clima da região foi mais seco que o atual. Como possível consequência desse intervalo, as áreas de cerrado se expandiram e é possível que o nível médio dos rios tenha diminuído, possibilitando assim, outros processos de ocupação para a região, que

---

<sup>28</sup> Os registros paleoclimáticos e paleoecológicos do Holoceno médio são menos conhecidos que os do início do Holoceno. As melhores fontes de informação disponíveis para o entendimento do clima e do meio ambiente provêm de fontes distintas: pólenes preservados no fundo de lagos, geleiras nos Andes, química dos solos, microvestígios vegetais conhecidos como fitólitos e a própria implantação dos sítios arqueológicos (NEVES, op.cit).

deixaram seus vestígios especialmente ao longo do estuário amazônico, na região denominada atualmente de Litoral Equatorial Amazônico<sup>29</sup>.

O processo de ocupação referente a tal período seria dos grupos ocupantes de sambaquis<sup>30</sup>, com destaque para os do complexo Mina<sup>31</sup>, datados genericamente de 3000 e 1500 anos a.C. Ricos em artefatos, esses sítios reuniam peças líticas, ósseas, conchas e alguma cerâmica com decoração plástica corrugada e com pintura vermelha.

Em torno de 3000 anos atrás, outros sítios com artefatos cerâmicos seriam encontrados, em um processo ainda mais intensificado de sedentarização dos povos que os habitavam. As cerâmicas dessa época se dividiam em dois grandes estilos, denominados arqueologicamente de Hachurado Zonado e Saldóide Barrancóide, conforme o tipo de decoração da superfície do vasilhame.

Os grupos que as produziram eram horticultores de raízes nas terras baixas de várzea. Uma das características predominantes da decoração dos vasos seria o motivo zoomorfo. O estilo Hachurado Zonado detém as idades mais antigas, 2800 até 800 a.C.<sup>32</sup>.

O estudo das culturas cerâmicas na Amazônia reveste-se de particular importância, uma vez que na região do baixo Amazonas encontram-se os sítios cerâmicos mais antigos das Américas e essa região deve ter sido um dos focos de irradiação de tradições cerâmicas em direção ao leste e sul da América do Sul (Schaan, *op.cit*).

Além disso, a cerâmica policrômica, sendo mais antiga no Baixo Amazonas, deve ter influenciado os estilos policrômicos que se desenvolveram a oeste, em regiões amazônicas e andinas.

---

<sup>29</sup> Com base na classificação de Aziz Ab'Saber (2003) o "Litoral Equatorial Amazônico" se situa na posição equatorial e subequatorial, estendendo-se por setores de três estados brasileiros (Amapá, Pará e Maranhão). Trata-se de um macrossetor da linha da costa brasileira, com aproximadamente 1.850 quilômetros de extensão, dominados por tipos de costa baixa, um golfo de origem complexa e diferentes planícies de maré tropicais fixadas por manguezais. Nessa região existem grandes exceções paisagísticas e ecológicas caracterizadas principalmente pelo ecossistema de manguezais.

<sup>30</sup> Embora alguns sambaquis existam no litoral do Piauí e do Maranhão, poucos foram alvos de pesquisas sistemáticas e parte significativa foi destruída pela exploração dos concheiros para a produção da cal. As informações disponíveis não permitem caracterizar o modo de vida dos pescadores-coletores que ocuparam a costa do nordeste brasileiro e nem estabelecer correlações com os sambaquieiros que colonizaram o litoral sul e sudeste (TENÓRIO, *op. cit*).

<sup>31</sup> O Complexo Mina foi estabelecido primeiramente a partir de um padrão similar de tipos cerâmicos encontrados em 43 sambaquis do litoral do Salgado no Pará, dos quais dois sítios, Porto da Mina (PA-SA-5) e Ponta das Pedras (PA-SA-6) foram escavados e forneceram os dados empíricos mais importantes para as elucubrações de Mário Simões sobre esse material cerâmico. Esse tipo cerâmico foi chamado de Mina, devido à extração de material osteomalacológico para diversos fins ser feita nesses sambaquis, então conhecidos como minas de sarnambi (BANDEIRA, 2005).

<sup>32</sup> Estes estilos representam, em cada área, a mais antiga cerâmica com decoração bem elaborada já conhecida. As fases da cerâmica decorada são caracterizadas por alças zoomorfas modeladas por incisões geométricas nas paredes dos vasos abaixo da borda e, às vezes, por pintura vermelha ou branca. Característico dos adornos dos estilos mais antigos é o uso de formas arredondadas modeladas e definidas por estrias nas inflexões. A forma predominante dos vasos é a de cuia aberta, oval ou circular, apesar de também estarem presentes nesses estilos assadeiras, garrafas com elaboradas composições de silhuetas, cachimbos e outras formas. O tempero é bastante variado, incluindo conchas, saibro, cacos, espículas de esponjas e, raramente, cariapê obtido de cinzas de cascas de árvore (ROOSEVELT, 1992: p.65-66 In: CALDARELLI *op.cit*).

Por volta de 1000 a.C. a 1000 d.C., tem-se o registro de outros grupos, que formariam um sistema sociopolítico com alto grau de complexidade, os cacicados. Essa ocupação seria verdadeiramente significativa na área amazônica, com fortes adensamentos populacionais e uma chefia bastante organizada, comandando um sistema de distribuição territorial que exigia grande poder; estariam localizados ao longo das várzeas dos Rios Amazonas e Orenoco e nos contrafortes da costa andina e caribenha, estendendo-se por grandes domínios. do ponto de vista sociocultural, seus habitantes revelaram-se:

*(...) belicosos e expansionistas, com uma organização social hierárquica, mantida por tributos e por um modo de subsistência baseada na colheita intensiva de roças e fauna aquática. O artesanato era altamente desenvolvido para cerimoniais e comércio, manifestando estilos artísticos bastante difundidos, baseados em imagens humanas, além dos motivos mais antigos de animais e formas geométricas. Havia igualmente bem difundido culto de urnas funerárias e adoração dos corpos e ídolos dos ancestrais dos chefes. A população era densamente agregada ao longo das várzeas e alguns sítios eram ocupados por muitos milhares de pessoas. Havia obras de terraplenagem em larga escala para o controle da água, agricultura, habitação, transporte e defesa (ROOSEVELT, op.cit.).*

Segundo Schaan (*op. cit*), na passagem de um modo de vida comunal à dos cacicados, as relações de parentesco adquirem importância para o estabelecimento de uma rede político-social hierárquica relacionada com a divisão e especialização social do trabalho antes desconhecidas. A hierarquia se estenderia para além do domínio da aldeia, estabelecendo-se relações de subordinação entre aldeias e entre essas e uma aldeia principal, residência do chefe do clã mais importante. No entanto, após os primeiros anos de colonização a dizimação populacional e a reintegração de poderes regionais em redes de comércio e guerras coloniais, fizeram com que os cacicados amazônicos sofressem consideráveis mudanças sócio-políticas em poucos séculos.

O atual estado do Maranhão apresenta testemunhos de ocupações de grupos pré-coloniais em praticamente todo o seu território, havendo maior direcionamento das pesquisas em assentamentos de pescadores-coletores nos sambaquis no litoral e nas estearias nos lagos da região da baixada Ocidental Maranhense.

Segundo Prous (1992), os primeiros relatos sobre registros arqueológicos nos limites do atual Estado do Maranhão, são do capuchinho francês Yves d'Evreux que reproduz o discurso de um

pajé indígena que faz provavelmente referência a gravuras no Maranhão, tal relato é semelhante aos relatos existentes em outras regiões do país que remetem ao século XVII.

Leite Filho (1991) relata que Alfredo de Carvalho em 1909 indica que “os litoglifos” encontram-se no Maranhão, no Ceará, no Piauí, no Rio Grande do Norte e na Paraíba. entretanto, as primeiras informações precisas sobre os vestígios rupestres maranhenses vieram aparecer na literatura acadêmica a partir da década de 1970, quando o professor Olavo Correia Lima, junto com sua equipe, desenvolveu uma série de viagens, objetivando comprovar as informações obtidas sobre os grafismos rupestres no Estado.

Na década de 1990, Carneiro, efetuou um levantamento preliminar na região do Rio Farinha onde foram localizados os sítios Morro das Figuras, caracterizado pela existência de gravuras com motivos antropomorfos e representações de pegadas e pontilhados e o sítio do Morro das Araras, com painéis geométricos, ambos inseridos na região de fauna e flora típicas do cerrado e em suportes areníticos.

o arqueólogo maranhense Raimundo Lopes foi o pioneiro no interesse em estudar os vestígios de ocupações pré-coloniais na região. segundo o autor no Maranhão existiria:

*Um “povoamento fundamental” de jês (provavelmente os mais antigos) e de tupis com formas culturais primitivas [...] um povoamento pré-colonial, misto, com grupos amazônicos (extintos), e influenciando os “tupis do Norte” e outros [...] enfim “migrações tupi históricas: tupinambás”, repelidos do Brasil oriental pelos portugueses; manajés e urubus (séculos XVIII-XIX) [...] foi pois um dos grandes caminhos das migrações tupis e por onde as influências das culturas agrícolas e ceramistas da Amazônia atingiram o Brasil Oriental (LOPES, 1970).*

Lopes descobriu, escavou e cadastrou junto às autoridades competentes da época um conjunto de sambaquis ao norte da Ilha de São Luís, que, além dos materiais recorrentes neste tipo de sítio, apresentava fragmentos de cerâmica.

Raimundo Lopes em seu livro *Torrão Maranhense*, escrito em 1916, foi pioneiro a nível regional, na identificação e tentativa de preservação dos sambaquis locais. Estes sítios foram estudados nos anos 70 pela equipe do PRONAPABA sob a coordenação do arqueólogo Mario Simões do Museu Paraense Emilio Goeldi através do Projeto São Luís, que visava correlacionar e comparar os sambaquis residuais da Ilha de São Luís com os do litoral leste brasileiro e litoral paraense.

Foram resgatados oito sambaquis, mas foi constatado que todos estavam seriamente destruídos apresentando apenas vestígios residuais. Em apenas dois sítios, Maiobinha e Guaíba, foi possível

efetuar cortes estratigráficos para determinação do período cerâmico e coleta de amostras passíveis de datação.

No sambaqui da Maiobinha foram exumados dois sepultamentos. Duas datações por C14 foram obtidas, indicando uma idade aproximada entre 2526 e 2686 anos a.P.

Foram evidenciados sítios cerâmicos e aldeamentos ao longo das bacias hidrográficas maranhenses. Avançando em direção ao centro-sul, afloram formações calcárias e areníticas, que formam abrigos sobre rocha com vestígios de ocupação humana pretérita nos municípios de Carolina, Alto Parnaíba, São João Sóter e Tasso Fragoso (gravuras) e pinturas em São Domingos, Colinas e Gonçalves Dias, e sítios de caçadores - coletores no alto Mearim.

Apesar dos relatos, ainda não existem informações e dados suficientes para a criação de um quadro referencial sobre a ocupação pré-histórica no Estado do Maranhão. Segundo Leite Filho (op.cit), esta situação ocorre devido à falta de políticas públicas que ofereçam condições mínimas para a localização, mapeamento e pesquisa de novos sítios, muitos já em vias de destruição, bem como de políticas de conservação e proteção dos sítios já cadastrados.

A realidade arqueológica maranhense vem mudando devido ao aumento das pesquisas referentes à arqueologia de contrato, que estão contribuindo para a formação de um novo quadro sobre a arqueologia regional.

A região do Brasil Central tem sido alvo de pesquisas arqueológicas sistemáticas desde a década de 1970 a partir da implantação do Programa Arqueológico de Goiás<sup>33</sup>, que englobando vários projetos paralelos teve como objetivo a obtenção de um primeiro quadro cronológico da ocupação humana pré-colonial através da identificação extensiva de sítios e a classificação em tradições e fases do material identificado.

Na mesma época a Universidade Federal de Goiás desenvolveu em parceria com o Museu Paulista da Universidade de São Paulo, o Projeto Anhanguera de Arqueologia, que objetivou a escavação de alguns sítios e a obtenção de cronologias. Na década de 1980, Wüst desenvolveu pesquisas na área do "Mato Grosso de Goiás", região localizada na porção central do estado de Goiás, onde a análise do padrão de distribuição espacial dos sítios, aliada à distribuição dos recursos na paisagem, permitiu a construção de hipóteses sobre o processo de ocupação humana desta área.

---

<sup>33</sup> Iniciado em 1972 e coordenado pelo Prof. Dr. Pedro Inácio Schmitz, foi desenvolvido através de convênio entre o Instituto Goiano de Pré-História da Universidade Católica de Goiás e a Universidade do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Wüst também coordenou pesquisas sistemáticas na região sul-sudeste do estado do Mato Grosso, durante a década de 1990, em que através dos aspectos morfológicos e de implantação na paisagem dos sítios, pretendeu encaminhar questões relativas às continuidades e/ou mudanças nestas sociedades pré-coloniais.

Considerando a existência tanto de influências internas quanto externas para explicar as origens e o desenvolvimento dos grupos ceramistas, Robrahn-González (1996), propõe ter sido o Planalto Central uma área de confluência para deslocamentos de informações, objetos e/ou pessoas relacionados a grupos ceramistas, oriundos das regiões circunvizinhas em período pré-colonial.

Além dos projetos acadêmicos, gradativamente mais regiões do Planalto Central tem sido objeto de pesquisas arqueológicas relacionadas ao Licenciamento Ambiental de uma gama de empreendimentos, o que em longo prazo, permitirá ampliar o conhecimento acerca das ocupações humanas nos mais variados ambientes desta macro-região.

Para Robrahn-González (op.cit) as idades disponíveis até o momento sugerem dois momentos de ocupação distintos na área do Brasil Central por grupos associados à Tradição ceramista UNA: no Tocantins o momento de ocupação destes grupos seria mais recente e se deu entre 720 a 1210 d.C. Alguns autores sugerem que durante esse período mais recente, os grupos UNA teriam sido contemporâneos a grupos associados à Tradição Aratu.

Após a criação do estado do Tocantins, o primeiro trabalho arqueológico vinculado a um grande projeto se deu, em 1999, em função do resgate de sítios localizados pelo arqueólogo Dr. Eurico Miller da ELETRONORTE durante a implantação da Linha de Transmissão Interligação Norte/Sul entre os municípios de Miracema (TO) e Imperatriz (MA), que deu origem ao Projeto SALTMINS. Paralelamente, outro trecho da mesma Linha de Transmissão, executado por FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS, entre os municípios de Miracema (TO) e Samambaia (DF), foi pesquisado pelo Projeto SALTMISA.

Ambos os projetos deram origem e foram desenvolvidos pelo Núcleo Tocantinense de Arqueologia da UNITINS (NUTA), logo depois sendo celebrado um convênio de cooperação científica entre a UNITINS e o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB).

Em comum, todos os projetos desenvolvidos no Brasil Central, inclusive no estado do Tocantins, têm revelado o potencial arqueológico desta macro-região através da constatação empírica da diversidade e do alcance geográfico da ocupação humana.

Os principais trabalhos arqueológicos desenvolvidos até o momento demonstram a diversidade e a riqueza arqueológica da região atravessada pelo empreendimento, compreendendo sítios arqueológicos tanto do período pré-colonial, quanto do período colonial.

#### II.5.3.3.4.1 - Contexto Arqueológico da Área de Influência do Empreendimento

Devido às dimensões do empreendimento contextualizamos a área de influência do projeto por regiões geográficas onde estão inseridos os municípios que serão atravessados pelo mesmo. Os municípios atravessados pelo empreendimento estão inseridos em parte das seguintes mesorregiões: Metropolitana de Belém; Nordeste e Sudeste do Pará, Oeste Maranhense e Norte do Tocantins.

Para uma melhor contextualização arqueológica delimitamos duas áreas, compostas cada uma por duas regiões geográficas, tendo como base os principais projetos de pesquisas arqueológicas desenvolvidos até o momento, e as principais bacias hidrográficas onde estão inseridas estas áreas, são elas: Área de Pesquisa I, composta pela região metropolitana de Belém e região nordeste do Pará; e Área de Pesquisa II, composta pela região sudeste do Pará, a região oeste maranhense e a região norte do Tocantins.

#### II.5.3.3.4.2 - Contexto Arqueológico da Área de Pesquisa I - Mesorregiões Metropolitana de Belém e Nordeste do Pará

O empreendimento na região Metropolitana de Belém e na região Nordeste do Pará abrange os municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Bujaru, Marituba e Tomé-Açu.

Com base no levantamento de dados primários e secundários foram referenciados, pesquisados e registrados sítios arqueológicos em 83% dos municípios que compõem a área de pesquisa I. Dos municípios supracitados apenas o município de Tomé-Açu não apresentou dados secundários sobre sítios arqueológicos.

Segundo o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN, pesquisas arqueológicas teriam sido desenvolvidas no município de Abaetetuba desde o final da década de 1950, por pesquisadores como Betty Meggers e Clifford Evans e posteriormente por Mário Simões na década de 1960. porém, ao analisarmos os dados contidos no CNSA, percebemos a existência de um erro grosseiro e que os sítios cadastrados como pertencentes aos limites do município de Abaetetuba, na verdade, foram pesquisados na ilha de Marajó. (Anexo II.5.3.3-2)

A chamada zona fisiográfica Guajarina<sup>34</sup> desde o início da ocupação europeia foi o mais importante centro econômico da Amazônia, com base na lavoura de gêneros exportáveis. Nesta região se estabeleceram os maiores engenhos e as maiores fazendas agrícolas do Grão-Pará, este fator contribuiu para uma ocupação humana mais densa da área, sobretudo em função da implantação de mão-de-obra escrava negra. Foram, no entanto os religiosos, principalmente os jesuítas, os primeiros grandes proprietários de fazendas na região.

Nas áreas de Abaetetuba, Barcarena e proximidades, surgem as primeiras missões ou reduções, fundadas principalmente pela Ordem dos missionários da Companhia de Jesus, sobre as aldeias referenciadas como Mortigura, Gibrié, Jaguarari, Moju, Ibirajuba e Sumaúma, onde habitavam numerosos contingentes de indígenas.

A expansão do domínio colonial lusitano impôs o modelo europeu de cultura, mas guardou a memória da violência nos campos, consequência do banditismo dos ricos proprietários, da resistência indígena e da revolta dos escravos negros, tornando a zona fisiográfica Guajarina uma das áreas mais conflituosas do Pará.

De acordo com Marques (1993), as pesquisas desenvolvidas por arqueólogos do Museu Emílio Goeldi e a implantação de projetos de grande porte na região (a mina de Bauxita de Paragominas, a Alça Rodoviária de Belém e a Linha de Transmissão Tucuruí - Vila do Conde) contribuíram para a formação de um quadro da ocupação pré-histórica local.

Em Barcarena e Abaetetuba, municípios localizados próximos a Belém, vinte novos sítios arqueológicos históricos e pré-históricos foram identificados em um projeto que tinha por objetivo caracterizar as potencialidades arqueológicas dessas áreas e contribuir para o conhecimento sobre os processos arqueológicos e históricos ocorridos na área do estuário amazônico. Além desses sítios, foram registradas quarenta e duas ocorrências e doze locais considerados como potenciais para a existência de sítio arqueológico (Silveira e Marques, 2004).

As pesquisas arqueológicas realizadas na Região Metropolitana de Belém em sítios arqueológicos se resumem aos trabalhos realizados por Marques (1990, 2002, 2004), por Silveira e Marques (2004) e por Caldarelli (2006) em sítios que apresentaram material cerâmico pré-histórico e histórico, em sítios que apresentaram apenas material cerâmico histórico, e em antigos engenhos,

---

<sup>34</sup> A zona fisiográfica Guajarina, onde está inserida em parte da região metropolitana de Belém, abrange os rios Guamá, Capim, Acará e Moju, as vizinhanças de Abaetetuba e Igarapé-Miri, e vaza para o baixo Tocantins (Salles, 2004).

que possibilitou a análise de aspectos da cultura canavieira desenvolvida na área do estuário amazônico ao longo de quase quatrocentos anos.

Estes levantamentos levaram à localização e estudo de aproximadamente quarenta sítios arqueológicos de engenhos de cana-de-açúcar, construídos em alvenaria de pedra argamassa ou em madeira, nos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Bujaru, Marituba e Igarapé-Mirim.

Além dos quarenta sítios arqueológicos encontrados, foram registrados mais de 80 pontos com evidências arqueológicas, sendo que, a maioria das ocorrências está situada às margens ou próximos aos rios e igarapés existentes na região (Figura II.5.3.3-3).



Figura II.5.3.3-3 - Localização de Sítios Arqueológicos e Ocorrências registrados nas áreas de Barcarena e Abaetetuba, Pará (Modificado de SILVEIRA & MARQUES, 2004)

A presença indígena é atestada em vasta documentação histórica datada da primeira metade do século XVIII, referente aos pedidos de proprietários ao governo para utilizá-los como mão-de-obra. Aliás, esta prática veladamente se manteve, mesmo após a proibição com o Diretório dos Índios.

O processo de colonização europeia empreendido na bacia amazônica teve início durante a transição do século XVI para o XVII, com a conquista do Maranhão e as entrada no rio Amazonas. Quando as forças portuguesas chegaram em 1616, havia já um intenso comércio de açúcar no Amazonas realizado em várias feitorias instaladas por holandeses, ingleses e franceses, que possuíam extensas plantações (CRUZ, 1960).

Marques (2004) analisou os dados históricos em conjunção com o conteúdo arqueológico remanescente em quatro sítios de engenhos<sup>35</sup> localizados na região supracitada, identificando os aspectos da cultura canavieira que se desenvolveu na área do estuário amazônico ao longo de quase quatrocentos anos.

Diante da diversidade observada na cultura material evidenciada, o autor concluiu que a região de várzea, característica da paisagem estuarina, era imprópria para obtenção de bons açúcares, mas excelentes para a produção de aguardente e impôs algumas reflexões, no caso dos engenhos sobre desenvolvimento da agroindústria diante da disponibilidade dos recursos naturais e sobre as formas de contato entre europeus proprietários e seus escravos, índios ou africanos.

No que diz respeito à localização dos sítios da disponibilidade dos recursos naturais, os engenhos se localizavam em terrenos resistentes, capazes de suportar a infraestrutura necessária para utilização de força motriz natural (a maré) para fazer funcionar as moendas, foram necessárias obras de adaptação, com a execução de serviços de escavação de extensos canais para condução da água até a área de terra firme onde se assentava a roda d'água.

As construções componentes como casa grande, fábrica e senzala constituíam conjuntos separados. A localização dos engenhos permitia também o deslocamento dos barcos carregados de cana pela imensa rede hidrográfica até o porto de Belém.

Sobre as formas de contato entre europeus proprietários e seus escravos, a análise da cultura material proveniente das escavações resultou na ocorrência marcante de vasilhas cerâmicas

---

<sup>35</sup> Foram analisados os Engenhos Murutucu, Mocajuba, Jaguarari e Uriboca

associadas à cultura nativa, indígena ou cabocla<sup>36</sup>, em conjunção com grande quantidade de louças e vidros de origem europeia, as cerâmicas torneadas estão relacionadas às necessidades do engenho, como formas de pão-de-açúcar, e podem ter sido fabricadas nas próprias olarias dos engenhos. Foram caracterizadas em menor número amostras de rocha basáltica e sílex, relativos a pedras de pederneira e outros artefatos líticos como machados, raspadores e núcleos (Figura II.5.3.3-4).

---

<sup>36</sup> Cerâmica arqueológica confeccionada por grupos familiares, neobrasileiros ou caboclos, para uso doméstico, com técnicas indígenas e podendo apresentar ou não elementos de outras procedências. (SOUZA, 1997, in GUERRA, 2008).



(Modificado de MARQUES, 2004)

Acima Esquerda - Conjunto de material arqueológico do Engenho Uriboca, incluindo-se faianças decoradas; faianças finas decoradas segundo os padrões "shell-edge", carimbado, impresso e pintado à mão floral; e garrafas de vidro relacionadas a bebidas como vinho, águas gasosas, e água de genebra. Acima Direita - Exemplares da cultura material encontrada em escavações no Engenho Uriboca: cachimbo, panela, tigelinha usada para coletar látex de seringueira e bordas de vasilhas decoradas, vinculadas à cerâmica indígena ou cabocla; garrafa de água de genebra e tinteiro, em grés; botões usados o vestuário; e pedra de pederneira. Abaixo Esquerda - Fragmentos de exemplares de louças européias encontradas nas áreas da capela e casa grande do Engenho Murutucu: faianças em policromia; e faianças finas, incluindo-se os padrões "shell-edge", impressos, mocha, anelares, etc. Abaixo Direita - Amostras de material arqueológico relacionado: à cultura indígena ou cabocla local; e aos produtos manufaturados possivelmente na olaria do Engenho Murutucu.

Figura II.5.3.3-4 - Amostras

A presença indígena, como foi visto anteriormente, é atestada em vasta documentação histórica datada da primeira metade do século XVIII, referente aos pedidos de proprietários ao governo para utilizar como mão-de-obra. Já em relação aos escravos negros apenas no Engenho Mocajuba foi possível pesquisar os espaços destinados aos mesmos, a substituição de mão-de-obra só veio a acontecer, de fato, a partir do funcionamento da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, instituída pelo Marquês de Pombal entre os anos de 1756 e 1778.

Em função da implantação de uma linha de transmissão pela Companhia Vale do Rio Doce, entre Vila do Conde e Platô Miltônia 3, foi resgatado em 2006 o sítio Moju 1, o único evidenciado durante o projeto de prospecção executado pela empresa Scientia Consultoria Científica, sob coordenação da Doutora Solange Caldarelli.

A análise dos vestígios cerâmicos coletados neste sítio, especificamente sobre a cerâmica neobrasileira ou cabocla, foi realizada por Guerra (op. cit) e os resultados obtidos corroboram com os resultados dos levantamentos arqueológicos realizados pelos arqueólogos do Museu paraense Emílio Goeldi no traçado do Mineroduto do Projeto Mina de Bauxita Paragominas, que não apresentaram sítios arqueológicos nos 220 km de traçado inicial. Entretanto o sítio Moju 1 demonstrou ser importante área para investigação mais aprofundada em função do próprio contexto arqueológico, comprovado pelos inúmeros relatos de naturalistas e com as diversas pesquisas já realizadas na região.

#### **II.5.3.3.4.3 - Contexto Arqueológico da Área de Pesquisa II - Mesorregiões Sudeste do Pará, Oeste Maranhense e Norte do Tocantins.**

O empreendimento nas mesorregiões sudeste do Pará abrange os municípios de Dom Eliseu, Marabá, Paragominas, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia e Ulianópolis; Açailândia, Cidelândia, Itinga do Maranhão, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios estão inseridos na região oeste maranhense; e Araguatins, Esperantina e São Sebastião do Tocantins, no norte do Tocantins.

Com base no levantamento de dados primários e secundários foram referenciados, pesquisados, registrados sítios arqueológicos em 71% dos municípios que compõem a área de pesquisa II.

Dos municípios supracitados, Dom Eliseu, Paragominas, Ulianópolis e Itinga do Maranhão não apresentaram dados referentes ao cadastro de sítios arqueológicos.

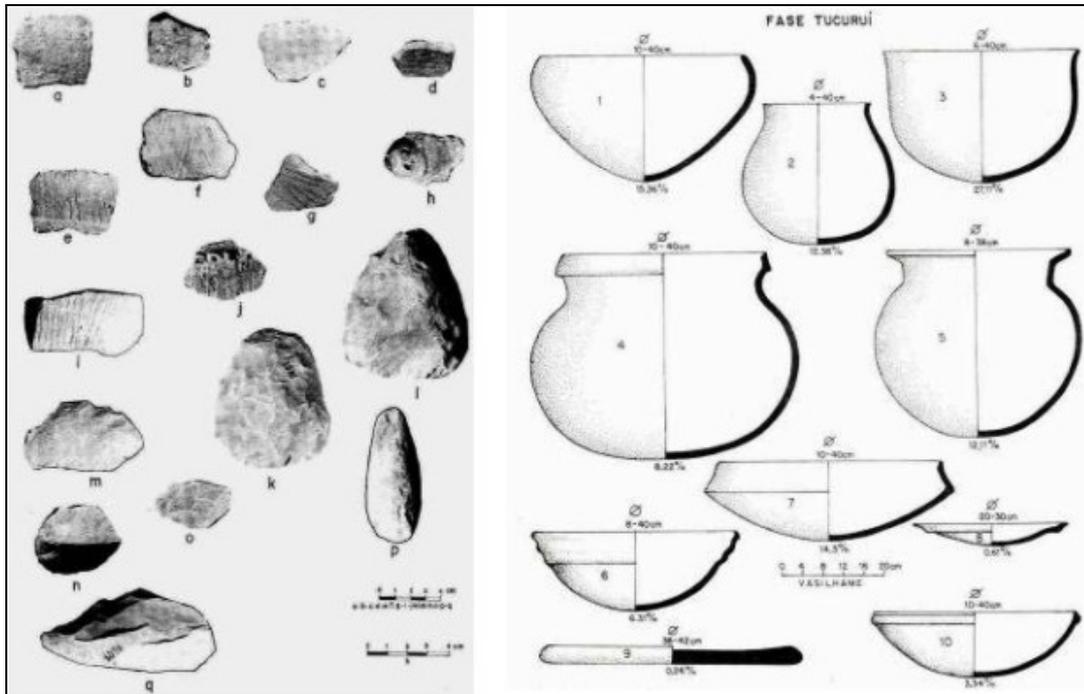
A região Sudeste do Pará em sido alvo de pesquisas arqueológicas desde meados da década de 1970, como parte do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA), coordenado por Clifford Evans, Betty Meggers (Smithsonian Institution) e com Mário Ferreira Simões (CNPq - Museu Paraense Emílio Goeldi), foram iniciadas as pesquisas na região do baixo Tocantins. Nos anos seguintes, de 1977 a 1978, com a inundação do reservatório de Tucuruí, um convênio entre a ELETRONORTE e o Museu Goeldi daria continuidade às pesquisas, caracterizadas agora como sendo de salvamento arqueológico.

Nessas pesquisas foram definidas três fases cerâmicas a partir de 37 sítios arqueológicos pesquisados. Essas fases, denominadas Tucuruí, Tauá e Tuarí, estão incluídas na tradição regional Itacaiúnas e associadas à Tradição Tupi-Guarani Incisa Ponteadada e serão descritas a seguir, com base nas pesquisas de Simões e Araújo Costa (1987) compiladas por Zaroni (2003) e nas pesquisas da dissertação de mestrado de Almeida (2008).

A Fase Tucuruí, considerada mais simples do que as outras duas, foi caracterizada a partir dos vestígios arqueológicos no conjunto de 20 sítios de habitação estudados. Os sítios possuíam forma elíptica e dimensões variáveis (de 81x43 a 350x50 m e um máximo de 90 cm de profundidade), situados em áreas de mata secundária, capoeira e roças, localizadas em terrenos elevados nas proximidades do rio. Os sítios estavam distribuídos no baixo Tocantins entre a corredeira de Itaboca e a cidade de Tucuruí, inclusive ao longo da antiga ferrovia Tucuruí-Jatobal, com presença ainda na estrada que liga Tucuruí a Cametá.

Na Fase Tucuruí a técnica era o acordelado e o antiplástico predominante era o mineral (areia fina ou grossa), foram observados também fragmentos com cariapé. O tratamento de superfície em geral foi bem executado, com presença de engobo brancos e vermelhos, a espessura dos vasos tendia a ser média (entre 0,5 cm e 1,5 cm). Apresentou uma rica variedade nas formas cerâmicas variando entre globulares, tigelas e pratos planos ou assadores. A decoração plástica não era abundante, mas possuía inúmeras variáveis entre incisões/excisões (alguns motivos), digitados, ponteados e escovados; na decoração pintada, observou-se a policromia, ainda que com baixa presença de motivos.

O material lítico era composto de raspadores, facas, batedores, furadores, mão-de-pilão e lâminas de machado e ocorria em meio ao conjunto de fragmentos cerâmicos de tipo simples ou decorado (engobo ou banho vermelho, pintura policroma, inciso e modelado). No sítio PA-BA-11, foi obtida a idade de A.D. 1000 ± 70.



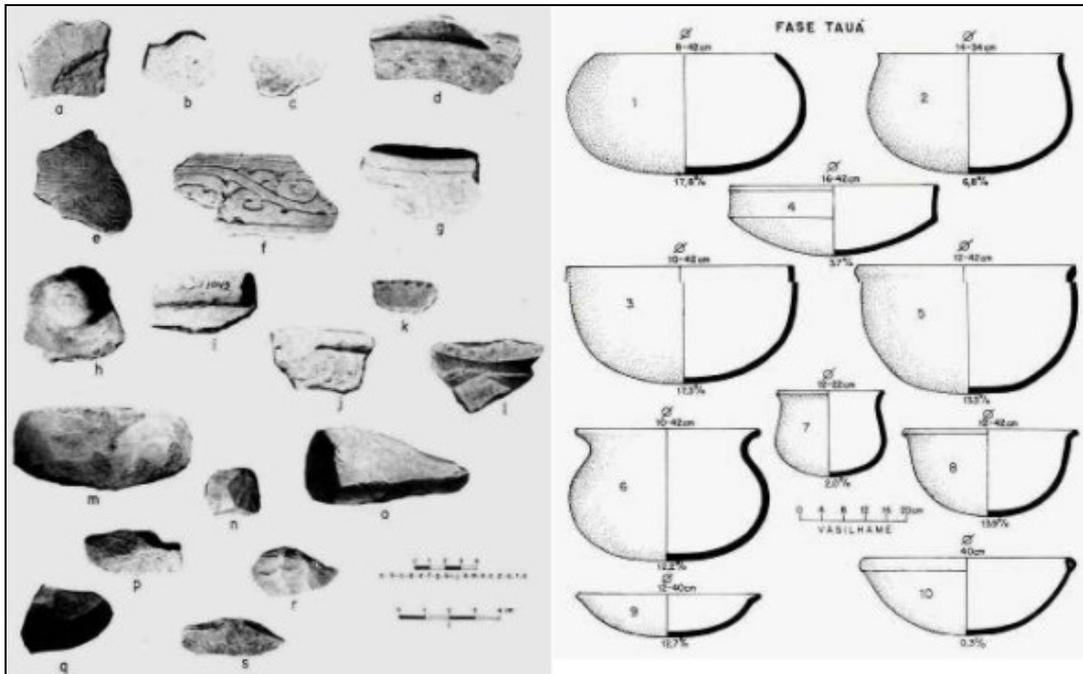
(Modificado de CALDARELLI, 2003)

a, b: cerâmica simples; c, d: cerâmica vermelha, pintada; e, f, g: decoração incisa; h: decoração modelada; i, j: inclclassificado raspado e escovado e ponteados; k, l: lâmina de machado lascado; m, n, o: raspadores; p: percutor; q: lasca. (Fonte: Simões & Araújo-Costa, 1987: 25;19.)

Figura II.5.3.3-5 - Cerâmica e lítico da Fase Tucuruí

A Fase Tauá foi identificada em cinco sítios arqueológicos, que correspondem a habitações em área de mata secundária, capoeira e/ou roças localizadas em elevações próximas na margem do rio, com dimensões de 20 x 10 a 300 x 80 m e profundidade máxima registrada em 70 cm. A Fase Tauá foi reconhecida nos sítios localizados no trecho entre a cidade de Tucuruí e a vila de Nazaré dos Patos.

Pode ser descrita como acordelada, possuidora de areia (grossa ou fina) com tempero e, por vezes, o cariapé em seu antiplástico. O fino acabamento de superfície chama a atenção. As decorações são sofisticadas, destacando-se a policromia em formas de banho (engobos), mas que perde espaço frente ao enorme leque de decoração incisa e excisas (paralelas, verticais, horizontais, transversais e complexas) e modeladas (e.g. filetes aplicados). Nas formas cerâmicas foram observadas bases planas e anelares, contudo, os vasos possuíam, predominantemente, fundos convexos. Bordas vazadas foram encontradas com frequência, e as cambadas. A espessura dos vasos tendia a ser média (entre 0,5 cm e 1,5 cm). O contorno da maioria dos vasos era simples ou inflertida. Não foram identificados assadores. Entre os artefatos líticos, foi indicada a ocorrência de raspadores, facas, batedores e lâminas de machado polidas



(Fonte: Simões & Araújo-Costa, 1987: 24;21.) (Modificado de CALDARELLI, 2003)

a, b: cerâmica simples; c, d: cerâmica vermelha, pintada; e, f, g: decoração incisa; h, i: decoração modelada; j, k: inclassificado corrugado e ponteados; l, abrasador de cerâmica; m: lâmina de machado; n: raspador; o, plana; p, q: faca; r, s, burril.

Figura II.5.3.3-6 - Cerâmica e lítico da Fase Tauá

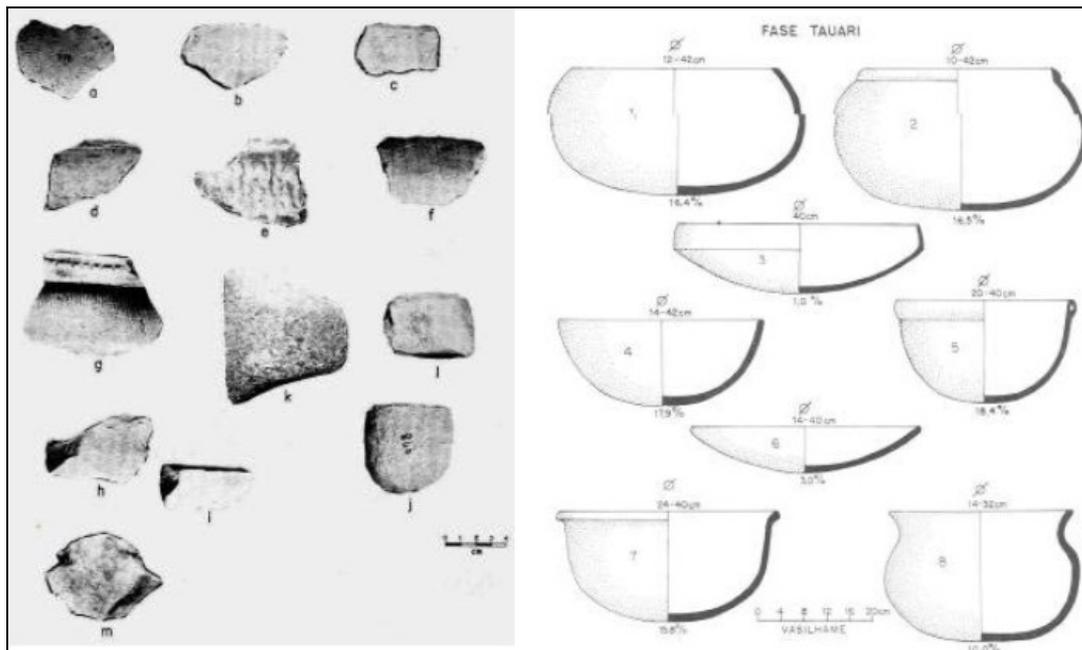
A Fase Tauari tem como padrão de assentamento as áreas de capoeira e/ou roças em locais elevados à margem do rio, contorno elíptico dos sítios, alongando-se paralelamente ao rio e de dimensões de 20 x 10 a 324 x 95 m, com profundidade máxima da ocupação em 70 cm, identificados desde a foz do rio Itacaiúnas até as proximidades do trecho encachoeirado do rio Tocantins.

Assim como as outras duas fases a técnica utilizada era o acordelado, com tempero de areia (grossa ou fina) e em menor escala o cariapé ou o carvão + cariapé. O tratamento de superfície já não possui a sofisticação encontrada na fase Tauá e, por vezes chegava a ser grosseiro (em alguns dos corrugados, foi possível observar que eram dúbios e se confundiam com um alisamento grosseiro).

A policromia ganhou força nessa fase e alguns motivos. A decoração plástica começou a apresentar características diferentes com o constante aparecimento de corrugados e unglados e a diminuição dos fragmentos incisivos. As bases eram convexas, as bordas geralmente simples ou

extrovertidas, possuíam exemplares vazados e o contorno da maioria dos vasos era simples ou inflertida.

Os artefatos líticos encontrados são raspadores, facas, batedores, lâminas de machado e algumas pontas de projétil. A idade obtida no sítio PA-AT-4 ficou em A.D. 1550 ± 70.



(Fonte: Simões & Araújo-Costa, 1987: 23;17.) (Modificado de CALDARELLI, 2003)

a, b: cerâmica simples; c, d: cerâmica vermelha, pintada; e: corrugado; f: decoração incisa; g: inclassificado escovado; h, i: faca; j: batedor; k, l: lâmina de machado; m: raspador.

Figura II.5.3.3-7 - Cerâmica e lítico da Fase Tauari

A divisão entre as fases realizada por Simões e Araújo Costa (op. cit) deu à cerâmica da região do Baixo Tocantins um sentido transitório, seja essa transição simplesmente espacial ou temporal:

*(...) sem dúvida, essas fases não são a mesma coisa, mas há grandes semelhanças entre elas. São talvez o que mais se assemelha na cerâmica da região sudeste paraense, ainda que com diferenças significativas. Mesmo as diferenças internas de cada uma dessas fases podem ser consideradas acentuadas: nada que se assemelhe àquela rigidez cultural Tupiguarani (ALMEIDA, op.cit. p.199).*

Ainda segundo ALMEIDA (op. cit), o termo Tupiguarani deveria ser mantido, mas apenas como uma referência à grande tradição arqueológica espalhada por um território considerável do

continente sul-americano. Assim ao mesmo tempo em que os Tupi do médio e baixo Tocantins fazem parte dessa grande tradição, apresentam diferenças não apenas no âmbito geral, mas também um número significativo de diferenças internas.

*Se levarmos em consideração o entorno do “Bico do Papagaio” (o encontro dos rios Araguaia e Tocantins) como ponto central, caminhando em todas as direções, vê-se as influências dos grupos circunvizinhos. Para o norte e oeste, a influência é de grupos portadores da Tradição Inciso-Ponteada, e para sul e para leste, a influência seria de grupos Aratu e Uru (ALMEIDA, op.cit.).*

Em relação à indústria lítica, Araújo Costa (1983) mencionou, sobre a região de Tucuruí, que são comuns os artefatos com múltiplas funções: no mesmo instrumento bordos diferentes usados simultaneamente para diferentes atividades (p.ex. cortar e esmagar) ou ainda o reaproveitamento por exemplo para percussão, de uma peça que tenha perdido o gume.

Por iniciativa do Projeto Rondon, em 1971 foi inaugurado em Marabá o Campus Avançado da Universidade de São Paulo (CAUSP) que abrangia a microrregião 19, incluindo os municípios de Marabá, São João do Araguaia, Itupiranga, Jacundá e Tucuruí.

Em 1978, um trabalho realizado por Noé Von Atzigen, recém chegado à região através do Projeto Rondon, identificou material arqueológico na margem esquerda do rio Tocantins, próximo à vila Espírito Santo, no município de Marabá. A partir deste trabalho, novas coletas e a descoberta de novas áreas com vestígios arqueológicos na região, impulsionaram juntamente com outras iniciativas<sup>37</sup>, a implantação da Fundação Casa de Cultura de Marabá (FCCM), em 1984, assim o acervo regional passou a ter condições mínimas de salvaguarda e conservação.

Ao término das pesquisas em função da construção da estrada de ferro Carajás, foram evidenciados 38 sítios de habitação localizados na terra firme alta, à margem dos rios, sendo oito no alto Itacaiúnas e 30 no médio Parauapebas, com datações obtidas em três momentos distintos nos sítios do rio Itacaiúnas que apontam de forma genérica para uma ocupação local entre 400 e 1700 anos atrás.

Um primeiro momento de ocupação com datações entre 1700 a 1600 anos atrás; o segundo momento, com datações obtidas entre 1000 e 800 anos atrás, relacionado à datação obtida para

---

<sup>37</sup> O convênio firmado em 1983, entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e o Museu Emilio Goeldi/CNPq, em função da construção da Ferrovia de Carajás possibilitou a realização de novas pesquisas arqueológicas, com destaque para a região dos rios Itacaiúnas e Parauapebas, próxima à cidade de Marabá.

a Fase Tucuruí; e o momento mais recente, com datações entre 500 e 400 anos, que estaria relacionado à Fase Tauarí.

A cerâmica foi classificada em tipos simples e decorados, estes últimos variando do banho ou engobo vermelho, corrugado, roletado, pintado em vermelho e/ou preto e branco. As formas dos vasilhames seriam as globulares e as planas, estas associadas a prováveis grelhas ou assadores de beiju.

O material lítico evidenciado consistia de raspadores, facas, furadores, talhadores, moedores e quebra-cocos, machados, enxós e cavadores além de lascas, núcleos, e seixos com marcas de utilização.

As ocupações humanas estudadas nestas duas pesquisas se referem a um importante período de adaptação amazônica e a soma dos dados advindos das mesmas demonstrou certa uniformidade, levando ao agrupamento em uma tradição regional, a Itacaiúnas, com mais de 1.500 anos de antiguidade.

Com a implantação da FCCM e a criação do Núcleo de Arqueologia de Marabá (NAM), do estabelecimento de parcerias com o Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará, Scientia Consultoria, entre outros, possibilitou o desenvolvimento de um extenso trabalho de documentação e proteção de sítios arqueológicos da região. (Anexo II.5.3.3-1).

O desenvolvimento de projetos como o Projeto Jacundá, o Projeto Martírios do Araguaia, o Projeto Paleo Canal do Tocantins entre outros, possibilitaram a descoberta e o registro de aproximadamente 314 sítios arqueológicos nos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins. atualmente a FCCM conta com um acervo com mais de 70 mil peças. Os estudos e parcerias realizadas colaboraram significativamente na geração de quadros sobre a ocupação pré-histórica regional.

Em 2004, com o desenvolvimento do Projeto de Prospecção Arqueológica na Área do Projeto SALOBO/PA, sob a coordenação de Maura Imázio Silveira, foram apontadas datações absolutas para os sítios a céu aberto P32 e Pau Preto, ambos localizados no município de Marabá. As datações destes sítios apontam de forma genérica para uma ocupação local entre 440 e 1550 A.C.

As informações obtidas a partir desses projetos de pesquisa fornecem, portanto, um conjunto relevante que demonstra a importância da região sob influência da bacia do rio Tocantins,

demonstrando sua importância desde a pré-história até os dias de hoje, refletindo-se na profusão de assentamentos humanos registrados.

Mais recentemente, Neves (2006) apresentou a possibilidade da ocupação humana da Amazônia ser superior a 11000 anos; destacando a datação de 9200 anos AP obtida na caverna da Pedra Pintada, em Monte Alegre (PA) e mencionando, entre outras, as evidências obtidas nas grutas de Carajás. O autor entende que o padrão que se descortina, no que concerne à economia dos primeiros habitantes da Amazônia, mostra uma estratégia de exploração de recursos que reflete a biodiversidade característica da região, isto significando não se tratarem os primeiros ocupantes da região de caçador e coletores especializados (portanto, produtores de pontas de projétil refinadas), mas pescadores, coletores e caçadores de animais pequenos. O autor afirma que as primeiras sociedades que colonizaram a região amazônica tinham economias diversificadas, coerentes com a biodiversidade regional, corroborando, assim, a hipótese de Roosevelt. até o ano 2003 todas as datações mais antigas apresentadas para a Amazônia brasileira foram obtidas em sítios escavados em cavidades naturais.

A teoria de Neves é reforçada quando Caldarelli<sup>38</sup> (*et al*, 2005) apresenta novas evidências materiais e cronológicas obtidas em sítios arqueológicos a céu aberto do Sudeste do Pará e do Centro do Maranhão, as datações obtidas em suas pesquisas nos sítios arqueológicos Breu Branco 1, Breu Branco 2, Ranchada e Remanso onde foram coletadas amostras de carvão em níveis com presença de material arqueológico.

As datações obtidas apontam para ocupação de áreas a céu aberto nas regiões supracitadas por sociedades caçadoras-coletoras, de economia forrageira, por um período estimado de no mínimo 5000 anos (11000 a 6000 anos AP), sem indícios de cerâmica e durante a maior parte desse período, os caçadores-coletores do Centro Maranhense foram contemporâneos dos caçadores-coletores do Sudeste Paraense. Reforçando a hipótese expendida pelos autores acima referidos e apresentando as primeiras datações de sítios de caçadores-coletores não especializados a céu aberto da Amazônia brasileira acima dos 5000 mil anos.

Além disso, é interessante mencionar que pesquisas arqueológicas feitas para o Licenciamento Ambiental da LT Imperatriz/MA - Miracema do Tocantins/TO, realizado pela Unitins levou à identificação de alguns sítios arqueológicos de caçadores-coletores a céu aberto, um dos quais

---

<sup>38</sup> As pesquisas são referentes ao Levantamento Arqueológico na Faixa de Servidão da Linha de Transmissão Tucuruí/PA-Presidente Dutra/MA (3º Circuito) e ao Levantamento Arqueológico na Área de Intervenção da Linha de Transmissão em 500 KV Tucuruí (PA) - Açailândia (MA) (4º Circuito).

foi datado em 8830 anos AP, ou seja, 6880 anos a.C. (fonte: SGPA/IPHAN). Tendo em vista que a datação não foi calibrada, pode-se presumir uma data ainda mais antiga para a ocupação do Oeste Maranhense por sociedades caçadoras-coletoras.

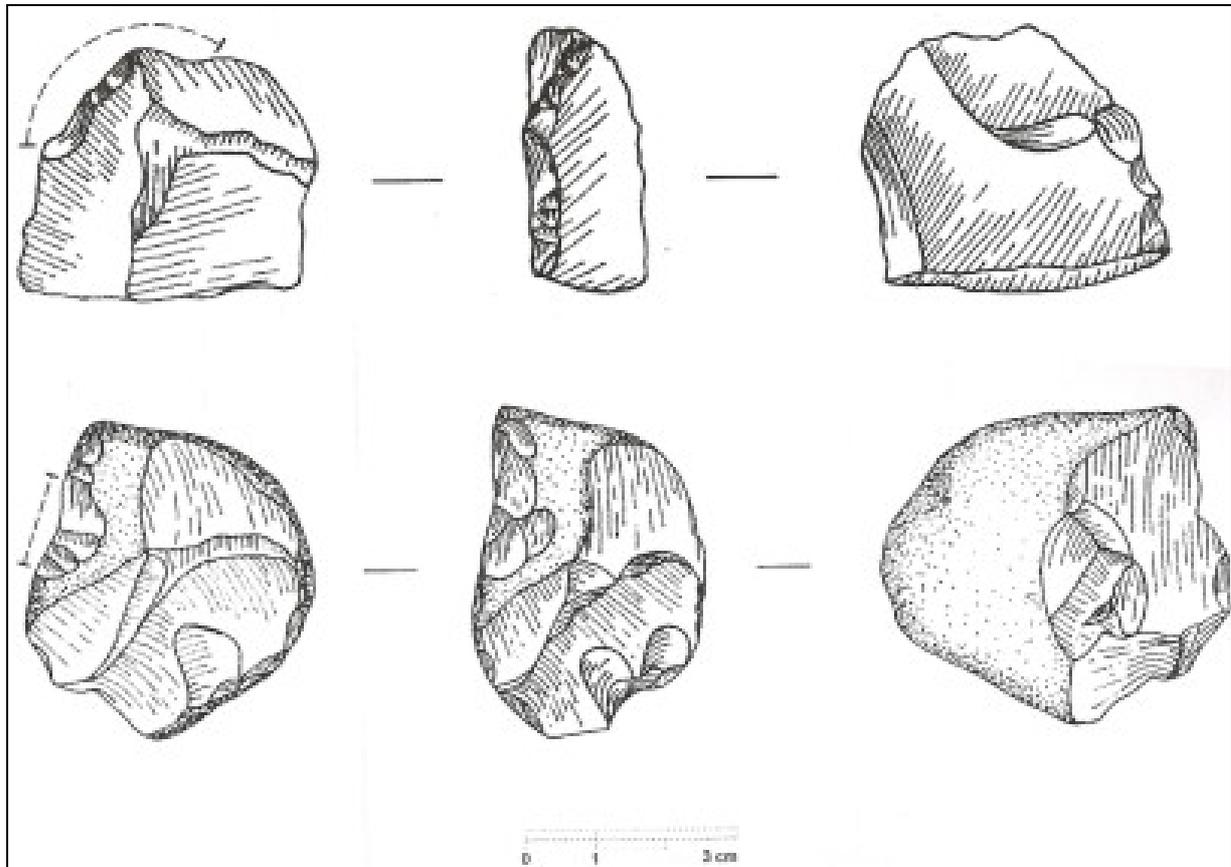
No que concerne às datações, embora ainda pouco numerosas, a ocupação de áreas abertas no Pleistoceno final e Holoceno inicial, tanto no Sudeste do Pará, bacia do rio Tocantins (sítios Breu Branco 1 e Breu Branco 2), quanto no Centro do Maranhão, bacia do rio Mearim (Sítio Ranchada e Remanso), continuou ao menos durante o Holoceno médio, em ambas as regiões acima mencionadas.

Os indícios da indústria lítica dos sítios de caçadores-coletores do Sudeste do Pará e do Centro Maranhense (que apresentou um número de artefatos retocados insignificante, em relação à totalidade do material lascado), apontam para a hipótese de uma densidade populacional de média a baixa para as áreas. Mas a proximidade entre os sítios (de uma mesma área) permite supor interação sócio-cultural constante entre seus ocupantes.

Em ambas as regiões o material lítico se concentra entre a superfície e a menos de 30 cm de profundidade. O diabásio foi a matéria-prima preterida para a confecção de artefatos polidos (lâminas de machado, mão-de-pilão e martelos) em ambas as regiões.

Quanto às matérias-primas preteridas para os artefatos lascados, em ambas as regiões, utilizam-se o arenito, arenito silicificado, sílex e o quartzo. Contudo, o uso do sílex nos sítios do Oeste Maranhense, foi mais intenso. Já nos sítios do Centro Maranhense o uso do arenito silicificado se intensifica, devido, ao que tudo indica, mais pela disponibilidade das matérias-primas nas proximidades dos assentamentos do que como uma escolha cultural. Tais hipóteses carecem de maior número de sítios e artefatos estudados para que se confirme ou se rejeite sua relevância.

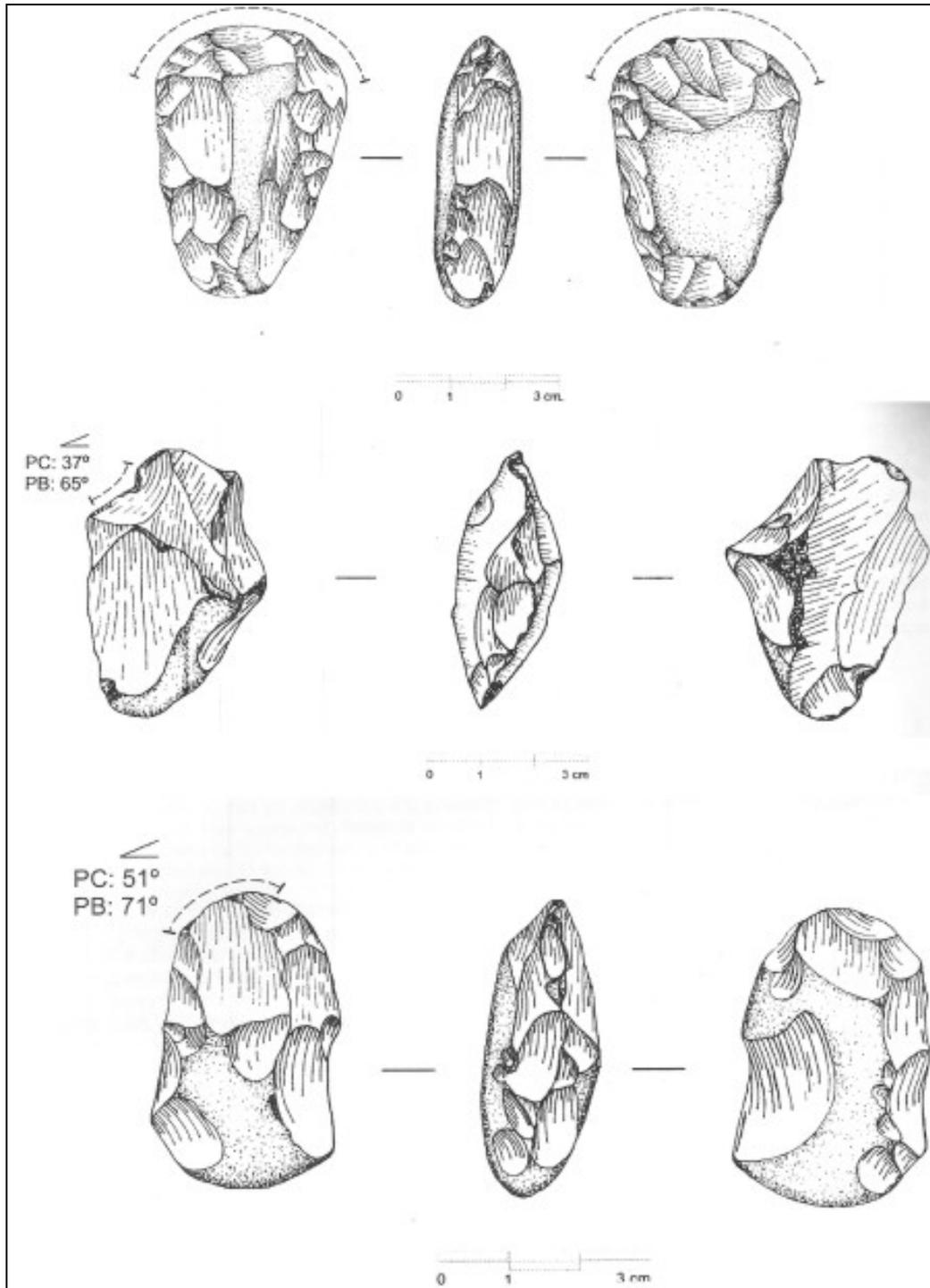
Os artefatos coletados apresentaram gumes ativos com morfologias variadas que se prestam às funções de raspagem e corte, foi observado um núcleo que apresentava picoteamento provavelmente advindo da função de percussão. Embora extremamente tênues tais artefatos fornecem indícios de que se utilizava para a função de bater e percutir, reproduzindo-se as características observadas nas indústrias líticas dos sítios cerâmicos atualmente alagados pelo reservatório de Tucuruí. (Figura II.5.3.3-8 e Figura II.5.3.3-9).



(Modificado de Caldarelli, 2003)

(Acima, Sítio Bom Jesus 16 e abaixo, Sítio Bom Jesus 10)

Figura II.5.3.3-8 - Artefatos líticos de gume retocado resgatados em sítios do Pará



(Modificado de Caldarelli, 2003)

(Acima, Sítio Vila Nova 3; no centro, Sítio vila nova 2 e abaixo, Sítio São Pedro 1)

**Figura II.5.3.3-9 - Artefatos líticos de gume retocado resgatados em sítios do Maranhão**

As pesquisas realizadas indicam que praticamente todas as unidades de paisagem da área foram ocupadas por sociedades pré-coloniais que se assentaram predominantemente em áreas de alta fertilidade natural. As unidades de paisagem alagáveis, possivelmente correspondem a assentamentos sazonais, que teriam sido ocupados nos períodos de seca, e preferencialmente as unidades de paisagem não alagáveis foram ocupadas por estas sociedades.

Os mesmos locais, conforme denota a grande espessura dos depósitos arqueológicos, foram sucessiva ou ininterruptamente ocupados, demonstrando que neles os recursos alimentícios (de origem animal e vegetal) vitais à subsistência foram considerados suficientes pelos primitivos colonizadores do território amazônico, contudo ainda é prematuro afirmar qual a densidade demográfica suportada pelo ambiente.

A origem e ocupação pré-histórica pelas rotas de penetração do atual território tocantinense, assim como de toda região central do Brasil ainda é uma questão incerta. As hipóteses apresentam fragilidade pela falta de maiores informações, na medida em que ainda são poucos os dados referentes a este período que possam subsidiar maiores informações sobre os fatos que geraram as migrações e suas direções.

Pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região do Lajeado, médio vale do rio Tocantins, localizaram uma alta densidade de sítios líticos a céu aberto com características semelhantes aos sítios de caçadores-coletores do vale do São Francisco<sup>39</sup>, que apontam para datações entre 9.990 e 8.990 a.p.

Nessa macro-região, composta majoritariamente pelo cerrado, mas que apresenta variações regionais e locais existe contextos que apontam para a existência de um padrão tecnológico distinto, marcados essencialmente por uma estratégia expediente na apropriação da matéria-prima e produção dos artefatos, embora os dados disponíveis não sejam conclusivos.

A variedade identificada nos conjuntos líticos da região supracitada aponta a distinção funcional entre sítios de um mesmo sistema de assentamento, com unidades habitacionais e locais especializados na exploração de matérias-primas e produção inicial de artefatos.

---

<sup>39</sup> No médio vale do rio São Francisco são encontrados sítios de caçadores-coletores associados à afloramentos de quartzo e quartzito, que se estendem por alguns quilômetros.

Em um nível macro-regional:

*[...] teríamos o compartilhamento, por diferentes grupos, de estratégias adaptativas diretamente relacionadas às forma de apropriação e ocupação do meio ambiente, que poderia envolver a existência de territórios compartilhados como estratégia para a redução do risco em contextos de instabilidade climática e imprevisibilidade na previsão dos recursos...ainda que a homogeneidade tecnológica apontada esteja associada apenas às indústrias relacionadas ao que se convencionou de chamar de Tradição Itaparica (BUENO, 2003).*

Em relação à cerâmica existente no Tocantins, Schmitz (1996) aponta a existência de cerâmica da Tradição Una.

A região de Norte do Tocantins tem sido alvo de pesquisas arqueológicas em função da implantação de alguns empreendimentos, em áreas próximas do curso do rio Tocantins desde o início de década de 1990.

Na região norte do Tocantins, aparentemente à onda migratória rumo leste e após certa acomodação, os grupos Uru teriam seguido rumo norte subindo a calha do rio Tocantins em busca de novos ambientes, lá também teriam encontrado assentamentos relacionados aos grupos Aratu, talvez advindos de um momento anterior de migração, e iniciado nova onda de contatos, não apenas com estes, como também com os relacionados a tradição Tupiguarani que ali se localizavam.

Os dados do programa SALTENS, desenvolvido entre Agosto de 2000 e abril de 2002, foram registrados 55 sítios arqueológicos líticos, cerâmicos e lito-cerâmicos, destes 25 foram resgatados. A maioria dos sítios resgatados foram sítios líticos que evidenciaram inicialmente uma provável ocupação na área por grupos caçadores-coletores.

Os sítios líticos se caracterizaram pela pouca profundidade, inclusive com algumas estruturas de lascamentos superficiais e instrumentos onde era privilegiada a funcionalidade e não a estética. Todos parecem constituir áreas de aproveitamento da matéria-prima, apresentando cascalho junto aos vestígios arqueológicos, o que pode supor que foram evidenciados pontos de dispersão de bandos de caçadores-coletores (Figura II.5.3.3-10).



Figura II.5.3.3-10 - Instrumentos líticos resgatados pelo NUTA na região norte do Tocantins- Lâmina de machado semilunar, lesmas e pontas de projéteis

Dos sítios cerâmicos evidenciados se destacam os sítios Brejão e Alto da Ilha devido à quantidade e qualidade dos instrumentos localizados e observados em superfície. Dentre os sítios resgatados, destacam-se os sítios Abrigo da Aroeira, Grota Seca II e Xupé II que foram caracterizados como aldeias por apresentarem abundantes fragmentos cerâmicos numa faixa relativamente grande após as escavações.

O sítio Abrigo da Aroeira apresentou vestígios de cerâmica simples, onde não foi possível verificar filiações a fases ou tradições cerâmicas existentes na arqueologia brasileira. O sítio Grota Seca II merece destaque por ter sido implantado num ponto sem fontes de matéria-prima.

No sítio Xupé II, município de Aguiarnópolis, foram encontradas peças cerâmicas inteiras, que guardam semelhanças com a cerâmica da tradição Tupi-Guarani, que podem ser relacionadas a sepultamentos (que não se preservaram devido à acidez do solo) e um “ piso de cerâmica ” que se estendia por pelo menos 12 metros em direção N, S e L, confirmando a indicação de uma antiga aldeia no local (Figura II.5.3.3-11 e Figura II.5.3.3-12).

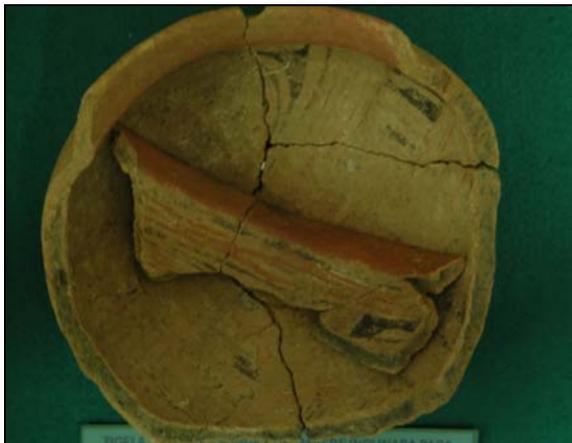


Figura II.5.3.3-11 - Tigela policroma Tupi, regatada no sítio Xupé, município de Darcinópolis - TO, pelo NUTA



Figura II.5.3.3-12 - Tigela policroma Tupi, regatada no sítio Xupé, município de Darcinópolis - TO, pelo NUTA

#### II.5.3.3.4.4 - Contexto Arqueológico das Áreas de Influência e de Entorno do Empreendimento na Região Norte do Tocantins

Durante o mês de setembro de 2009 foi realizada uma vistoria de campo não interventiva com o objetivo específico de evidenciar indícios arqueológicos na área de influência e entorno do

empreendimento nos municípios da região norte do Tocantins, que era a mais carente de informações, devido à falta de pesquisas arqueológicas na mesma.

Para a realização da vistoria foi considerada a análise os dados arqueológicos registrados na área de influência do empreendimento em toda sua extensão, foram analisados também os resultados das pesquisas na região do entorno do empreendimento. Os dados etno-históricos levantados foram igualmente considerados, respeitando-se as suas limitações.

O cruzamento destes dados apontava a paisagem da região como possuidora de características na qual se efetivaram disputas entre diferentes códigos de construção e (re)afirmação de identidades. Associada a estes elementos, a paisagem regional foi concebida como artefato e, como artefato a mesma teria atuação de forma decisiva na configuração simbólica de uma dada realidade social.

*A incorporação da paisagem como objeto da análise pela arqueologia, resulta da convicção de que, por se tratar de um elemento da cultura material, passível de ser analisado como um artefato se enquadra em seu campo de investigação. A perspectiva que concebe as paisagens como artefatos lida, intrinsecamente, com a ambigüidade de sua própria natureza, ou seja, com seu caráter passivo (como produto de relações sociais) e ativo (como vetor de relações sociais) (BEZERRA DE MENEZES, 1983).*

Segundo os dados obtidos nas pesquisas arqueológicas supracitadas, os sítios arqueológicos identificados e resgatados se manifestam segundo um padrão locacional, mesmo que este padrão não esteja ainda bem definido, e a área vistoriada possui uma relação visual direta tanto com as áreas próximas dos os sítios pesquisados quanto nas áreas de pesquisas arqueológicas desenvolvidas no rio São Francisco.

Dentro da paisagem regional, o fator chave que foi levado em consideração para a realização da vistoria de campo, foram os terraços fluviais<sup>40</sup> existentes tanto no rio Araguaia quanto no rio Tocantins, pois os mesmos poderiam se configurar como espaços persistentes para o assentamento de grupos humanos pretéritos (a exemplo da região do médio e baixo rio São Francisco). Com estes aportes, foi possível prever a possibilidade da existência de indícios

---

<sup>40</sup> Terraços fluviais são acumulações fluviais com superfícies planas, levemente inclinadas, com diferentes graus de retrabalhamento, alçadas por ruptura de declive em alguns metros com relação ao nível da lâmina da água ou às várzeas recentes, suficientemente extensos para terem suportado, no passado, assentamentos de grupos indígenas (mais frequentemente, caçadores-coletores e, excepcionalmente, horticultores)

arqueológicos contundentes, nas áreas de influencia do empreendimento na região norte do Tocantins.

### II.5.3.3.5 - Levantamentos de Campo

Durante a vistoria de campo realizada foram verificadas quatro áreas de interesse arqueológico no município de Esperantina, destas áreas vistoriadas três se configuraram como sítios arqueológicos devido à abundância de material lítico e cerâmico espalhados pela superfície. Diante do exposto iniciamos o processo de registro dos sítios, preenchendo as fichas de cadastro de sítios do IPHAN que estão no **Anexo II.5.3.3-3** e foram encaminhadas a 14ª Superintendência Regional do IPHAN no Estado do Tocantins.

#### II.5.3.3.5.1 - Sítio Ilha da Montanha

Localização por GPS - coordenadas UTM: 9401498/774879 115 m

O sítio Ilha da Montanha está situado na propriedade do senhor Juvenal das Neves Oliveira, no local conhecido como Ilha da Montanha, no rio Araguaia, próximo ao povoado São Francisco, no município de Esperantina - TO. Como a pesquisa é de caráter preliminar, não foram realizadas sondagens, apenas foram realizadas medições, e fotografias do material evidenciado. Neste local observamos a ocorrência de material cerâmico e lítico, num terraço fluvial do rio Araguaia, por um perímetro de aproximadamente 150 m.



Figura II.5.3.3-13 - Visão parcial do Sítio Ilha da Montanha com curral e cabana de pescadores



Figura II.5.3.3-14 - Visão parcial do Sítio Ilha da Montanha com rio Araguaia ao fundo

Dentre os fragmentos cerâmicos observados, podemos destacar uma borda de cerâmica decorada e incisa que apresentou uma coloração "amarelada", que pode ser recente, pois a ilha era bem

habitada até aproximadamente 10 anos atrás (Figura II.5.3.3-15, Figura II.5.3.3-16 e Figura II.5.3.3-17).



Figura II.5.3.3-15 - Visão parcial da erosão fluvial sobre o sítio Ilha da Montanha



Figura II.5.3.3-16 - Fragmentos cerâmicos encontrados no sítio Ilha da Montanha



Figura II.5.3.3-17 - Detalhe da borda cerâmica decorada encontrada no sítio ilha da Montanha

Do material lítico foi encontrado, uma lâmina de machado fragmentada, foi a peça que mais chamou a atenção, as marcas do encabamento da lâmina era bem nítida, o aparecimento da mesma pode indicar a ocupação do sítio por grupos pretéritos.



Figura II.5.3.3-18 - Lâmina de Machado fragmentada encontrada no sítio Ilha da Montanha



Figura II.5.3.3-19 - Detalhe do local de encabamento da lâmina

O sítio foi considerado como de alta relevância, devido ao local onde está inserido - aproximadamente 20 m de distância linear do rio São Araguaia - e devido à falta de registro de sítios arqueológicos no local, o que nos supõe a pensar que o mesmo seria um local de acampamento para o(s) grupo(s) indígena(s) que povoaram o local. Moradores locais indicam a existência de mais sítios deste tipo às margens do rio Araguaia. O estado de conservação do sítio é regular, porém a possibilidade de dano é alta devido ao desmatamento de sua área para a criação de pastos e devido à erosão fluvial que o mesmo está sofrendo.

#### II.5.3.3.5.2 - Sítio São Francisco

Localização por GPS - Coordenadas UTM: 9403188/780389 115 m

O sítio São Francisco está situado na propriedade do senhor Ozano, nas proximidades do Povoado São Francisco, município de Esperantina - TO. Neste local observamos a ocorrência de uma imensa quantidade de material cerâmico e também material lítico em menor quantidade aflorando em superfície. O sítio está localizado numa mata de babaçual e as ocorrências arqueológicas aparecem num perímetro de aproximadamente 500 m (Figura II.5.3.3-20 e Figura II.5.3.3-21).



Figura II.5.3.3-20 - Visão parcial do Sítio São Francisco



Figura II.5.3.3-21 - Visão parcial do Sítio São Francisco, com mata de babaçual queimada

A cerâmica observada em superfície variou entre fina e grossa que apresentou uma boa queima, não foram observados vestígios de decoração plástica nas mesmas. O material lítico se constituiu basicamente em raspadores (Figura II.5.3.3-22, Figura II.5.3.3-23 e Figura II.5.3.3-24).



Figura II.5.3.3-22 - Fragmento cerâmico encontrado no sítio São Francisco



Figura II.5.3.3-23 - Detalhe da queima do fragmento cerâmico encontrado no sítio São Francisco



Figura II.5.3.3-24 - Material lítico e cerâmico encontrado nos limites do sítio São Francisco

O sítio foi considerado como de alta relevância, devido ao local onde está inserido - aproximadamente 60 m de distância linear do rio São Araguaia - e devido à falta de registro de sítios arqueológicos no local, o que nos supõe a pensar que o mesmo seria um local de acampamento e/ou assentamento para o(s) grupo(s) indígena(s) que povoaram o local. O seu estado de conservação é regular, porém a possibilidade de dano é bastante alta, boa parte do terreno já foi queimada e desmatada para a criação de pastos, a medida que as estacas de delimitação são colocadas aflora material arqueológico.



Figura II.5.3.3-25 - Fragmento cerâmico encontrado no sítio São Francisco



Figura II.5.3.3-26 - Visão parcial da mata de babaçal derrubada para a abertura de pasto

#### II.5.3.3.5.3 - Sítio Pontão

Localização por GPS - Coordenadas UTM: 9406214/774641 109 m

O sítio Pontão está situado na propriedade do senhor Pedro Sousa, nas proximidades da sede municipal de Esperantina - TO, na área do Projeto de Assentamento Pontão. Neste local observamos a ocorrência de material cerâmico e lítico, numa mata de babaçal ainda conservada, por um perímetro de aproximadamente 80 m, sendo o solo escuro. Foram observadas diversas áreas com concentração de material lítico e cerâmico.

A cerâmica evidenciada é semelhante à encontrada no sítio São Francisco e o material lítico possui semelhança com o material encontrado na cascalheira de extração de areia do povoado Pedra Grande.



Figura II.5.3.3-27 - Fragmento cerâmico encontrado no sítio Pontão



Figura II.5.3.3-28 - Fragmentos de cerâmica grossa encontrados no sítio Pontão



Figura II.5.3.3-29 - Raspador encontrado no sítio Pontão

O sítio foi considerado como de alta relevância, devido ao local onde está inserido - aproximadamente 500 m de distância linear do traçado do duto - e devido à falta de registro de sítios arqueológicos no local.

O estado de conservação do sítio é regular, porém a possibilidade de dano é bastante alta, boa parte do terreno é utilizada como plantação de capim, a mata de babaçual ainda está bem conservada, mas apresentam em seu interior algumas caieiras para a queima do babaçu (Figura II.5.3.3-30, Figura II.5.3.3-31 e Figura II.5.3.3-32).



Figura II.5.3.3-30 - Caieira escavada para a queima de coco babaçu



Figura II.5.3.3-31 - Visão parcial do sítio Pontão com mata de babaçual preservada



Figura II.5.3.3-32 - Plantação de capim nos limites o sítio Pontão

### II.5.3.3.6 - Ocorrências Arqueológicas

No município de Esperantina, no povoado de Pedra Grande, às margens do Rio Araguaia foi encontrado um pequeno raspador numa cascalheira proveniente do peneiramento do material recolhido por uma draga utilizada para extração de areia no leito do Rio Araguaia.



Figura II.5.3.3-33 - Raspador encontrado na cascalheira do povoado Pedra Grande



Figura II.5.3.3-34 - Visão Parcial da cascalheira proveniente da extração de areia

Em entrevistas realizadas com moradores locais, foi informado que durante a abertura da estrada que liga o povoado até a sede municipal foram encontrados grandes potes cerâmicos na medida em que as máquinas avançavam a obra, também foi relatado que durante a extração de areia é comum que pedaços de cerâmica grandes entupam a “boca” da draga.

Diante de tais informações, verificamos nas proximidades das coordenadas 9401444N/767388E os pontos de extração de areia no leito do rio Araguaia, contudo nenhum fragmento cerâmico

grande foi encontrado, pois os operários da draga afirmaram que quando os mesmos são encontrados, logo são jogados de volta ao rio (Figura II.5.3.3-35).



Figura II.5.3.3-35 - Pontos de extração de areia no leito do rio Araguaia nas coordenadas 9401444N/767388E

O único fragmento cerâmico encontrado era pequeno e estava na cascalheira proveniente do peneiramento da draga, não permitindo a priori a classificação, nem tampouco a comparação do mesmo com a cerâmica regional já pesquisada. Ainda no povoado de Pedra Grande, nas coordenadas 9401698N/767249E foi encontrado um fragmento de lâmina de machado. (Figura II.5.3.3-36, Figura II.5.3.3-37 e Figura II.5.3.3-38).



Figura II.5.3.3-36 - Fragmento cerâmico encontrado na cascalheira do povoado Pedra Grande



Figura II.5.3.3-37 - Lâmina de machado fragmentada encontrada nas coordenadas 9401698N/767249E



Figura II.5.3.3-38 - Detalhe do gume da lâmina de machado fragmentada encontrada nas coordenadas 9401698N/767249E

Além das ocorrências verificadas *in loco*, o senhor Juvenal das Neves Oliveira (55 anos), nos apresentou uma coleção particular de lâminas de machados e um peixe fossilizado que foi recolhido por ele ao longo dos anos nas imediações de sua propriedade que fica na ilha da Montanha, e em alguns pontos do município de Esperantina, as lâminas de machado não foram doadas. (Figura II.5.3.3-39, Figura II.5.3.3-40, Figura II.5.3.3-41, Figura II.5.3.3-42 e Figura II.5.3.3-43).



Figura II.5.3.3-39 - Peixe fossilizado encontrado próximo à sede de Esperantina pelo Sr. Juvenal das Neves Oliveira



Figura II.5.3.3-40 - Lâmina de machado encontrada próximo à sede de Esperantina pelo Sr. Juvenal das Neves Oliveira



Figura II.5.3.3-41 - Lâmina de machado semilunar encontrada pelo Sr. Juvenal das Neves Oliveira



Figura II.5.3.3-42 - Lâmina de machado encontrada próximo à sede de Esperantina pelo Sr. Juvenal das Neves Oliveira



Figura II.5.3.3-43 - Lâmina de machado semilunar encontrada pelo Sr. Juvenal das Neves Oliveira

### II.5.3.3.7 - Resultados e Considerações

No diagnóstico arqueológico realizado obtivemos um quadro de ocupação regional que apesar de não completo, demonstra que a área de influência do empreendimento foi densamente povoada em seu passado, e que mesmo com a baixa densidade populacional atual podemos caracterizá-la como de elevado potencial arqueológico.

Com base no levantamento de dados secundários das pesquisas arqueológicas realizadas anteriormente, das entrevistas realizadas com os pesquisadores e moradores locais, e com o resultado da vistoria *in loco*, foram referenciados, pesquisados e registrados sítios arqueológicos em aproximadamente 75% dos municípios que compõem a área total do empreendimento.

Após a análise dos dados coletados, a Área de Pesquisa I apresentou um elevado e significativo potencial arqueológico preditivo, pois 83% dos municípios que serão atravessados pelo empreendimento possuem sítios arqueológicos cadastrados junto ao IPHAN, tais sítios foram objeto de estudos arqueológicos desde a década de 1950. A probabilidade do aparecimento de mais sítios arqueológicos em etapas posteriores do empreendimento nesta área é bastante elevada.

A Área de pesquisa II devido, às suas dimensões, apresenta quadros distintos em relação ao seu potencial arqueológico, pois na Mesorregião Sudeste do Pará, em 50% dos municípios atravessados pelo empreendimento não foram encontrados registros de sítios arqueológicos.

Este quadro, nestes municípios pode ser reflexo de uma colonização recente da área, que foi efetivada com camponeses que chegaram à região, antes da construção da rodovia Belém-Brasília, no final da década de 1950; outro elemento que contribui para o acontecimento deste fenômeno ocorre devido às fatores associados à falta de pesquisas arqueológicas locais.

A falta de pesquisas pode ter ocorrido devido à falta e condições precárias de acessos, a falta de implantação de grandes projetos, à baixa densidade populacional e aos conflitos que existiram, e ainda existem, na região (atos relacionados à disputa e posse de terra, extração de madeira desordenada, carvoarias ilegais, etc.).

Assim não descartamos a possibilidade do aparecimento de sítios arqueológicos nestes municípios, pois devidos aos fatores supracitados não se deve considerar que os mesmos sejam arqueologicamente estéreis.

Em contrapartida nos outros 50% dos municípios da mesorregião sudeste do Pará, em 80% dos municípios da região do Oeste Maranhense e em 67% municípios da região norte do Tocantins foram evidenciados mais de uma centena de sítios arqueológicos cadastrados, que foram objeto de estudos de pesquisas arqueológicas realizadas desde a década de 1960, elevando o potencial preditivo da área para o aparecimento de sítios da mesma natureza, em etapas posteriores do empreendimento.

Em relação aos sítios e as ocorrências isoladas encontradas no município de Esperantina, os mesmos podem indicar, grosso modo, o que foi relatado pela historiografia, que a região do “Bico do Papagaio” foi um local de refúgio de várias nações indígenas após o contato com o colonizador. Porém esta afirmativa só poderá ser confirmada com os avanços das pesquisas arqueológicas na região.

Os resultados das pesquisas para a elaboração do presente diagnóstico apontam para um mosaico de ocupações por grupos pretéritos, com especificidades contextuais distintas. A produção de diferentes aspectos de sua cultura material, associadas a distintos padrões de mobilidade e ocupação da paisagem, envolvendo diversos tipos de relacionamento social entre estes grupos que habitam a área onde será implantado o empreendimento.

Este tipo de abordagem onde associamos o cruzamento dos resultados das pesquisas arqueológicas desenvolvidas anteriormente, tanto nas áreas de Influência do empreendimento, quanto em seu entorno, resultou numa contextualização arqueológica pontual e satisfatória para o diagnóstico da área em estudo, o que nos permite afirmar que as áreas a serem atingidas pelo empreendimento são potencialmente favoráveis ao encontro de sítios arqueológicos.

#### II.5.3.3.8 - Recomendações

Devido à grande potencialidade arqueológica regional apontada no presente diagnóstico, que identificou até o momento aproximadamente 160 sítios arqueológicos em 15 dos 20 municípios atravessados pelo empreendimento, e considerando a fragilidade existente no SGPA do IPHAN, que não traz dados atuais sobre o cadastro de novos sítios arqueológicos para a região, faz-se necessário, conforme determinado na Portaria nº 230/2002 do IPHAN, a elaboração e execução de um Programa de Prospecção Arqueológica segundo a legislação vigente.

A elaboração e execução de um programa de prospecção arqueológica na área do empreendimento resultarão no detalhamento das potencialidades apontadas no presente diagnóstico.

A conclusão do Programa de Prospecção Arqueológica possibilitará uma contextualização arqueológica pontual e eficaz dos sítios que venham a ser descobertos, possibilitará também o enriquecimento da precisão, confiabilidade das interpretações acadêmicas existentes, que possa contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da arqueologia brasileira.

Como consequência, teremos uma visão mais nítida dos impactos que poderão vir a ser causados pelas obras de engenharia do empreendimento ao patrimônio da região, que nos fornecerá as bases e informações necessárias para definir a necessidade de implantação e a metodologia a ser utilizada, para um Projeto de Salvamento Arqueológico e Educação Patrimonial em todas as suas fases, na região atravessada pelo empreendimento.